

## SISTEMA DE CONTROLE

# STF derruba decisão do TCU sobre bebidas

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu nesta sexta-feira a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que determinou a retomada da operação do Sistema de Controle de Pro-

dução de Bebidas (Sicobe), suspenso desde 2016. O sistema era usado para controlar, em tempo real, todo o processo produtivo de bebidas no país, mas foi desativado pela Receita Federal. Na decisão que determinou a

retomada do sistema, o TCU afirmou que Receita não poderia ter descontinuado o Sicobe por meio de ato administrativo, pois isso contradiz os princípios da legalidade e da hierarquia das normas. **PÁGINA 2**

## EUA

ALAN DOS SANTOS/PR



## Trump lança 'cartão ouro' de residência de US\$ 5 milhões

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, apresentou o primeiro "gold card", ou "cartão ouro", um visto de residência no país que custará US\$ 5 milhões (cerca de R\$ 29 milhões). Trump mostrou um cartão físico dourado em conversa com jornalistas na quinta-feira passada. "Ele estará disponível em cerca de menos de duas semanas, provavelmente. Bem animador, certo?", disse Trump. O presidente afirmou aos repórteres que ele é o primeiro comprador do cartão, e que não sabe quem será o segundo. O cartão é dourado e possui uma ilustração de Trump em primeiro plano. Há ainda estrelas em volta das palavras "The Trump Card". Na apresentação, ele se referiu ao visto como "o cartão de Trump, o cartão dourado". Em outras ocasiões, o cartão já foi chamado de "o cartão ouro de Trump". Em fevereiro, Trump disse que planejava criar o visto ouro como um caminho para a cidadania americana, possibilitando a residência legal permanente por um custo de US\$ 5 milhões. **PÁGINA 12**

## MARÇO

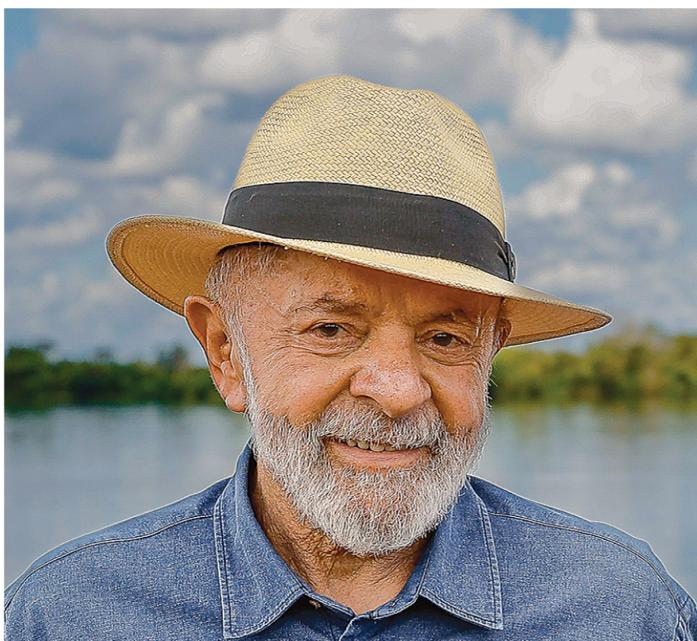
# Balança se recupera e registra superávit de US\$ 8,154 bilhões

O início de algumas safras e a alta nas vendas de minério de cobre e de carnes fizeram a balança comercial se recuperar e registrar o segundo melhor superávit da série histórica para meses de março. No mês passado, o país exportou US\$ 8,154 bilhões a mais do que importou, divulgou nesta sexta-feira o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e

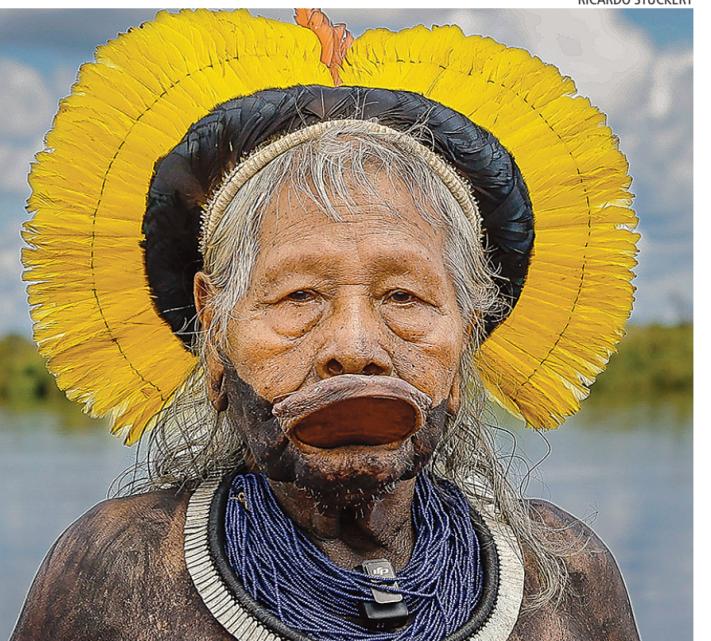
Serviços (MDIC). O resultado é o mais alto para meses de março desde 2023, quando a balança comercial tinha registrado superávit de US\$ 10,751 bilhões. Em relação a março de 2024, o superávit subiu 13,8%. Em março, o país exportou US\$ 29,177 bilhões, alta de 5,5% em relação ao registrado no mesmo mês de 2024 e o 3º melhor março desde 1989. **PÁGINA 2**

## VISITA HISTÓRICA

# Lula homenageia Raoni com medalha Grã-Cruz



Em uma visita histórica, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) se reuniu nesta sexta-feira na Aldeia Piraçu, Terra Indígena Capoto-Jarina, no Mato Grosso, com o cacique Raoni Metuktire, do Povo Kaiapó, uma das mais importantes e reconhecidas lideranças indígenas do planeta. Na ocasião, o presidente condecorou Raoni, que tem 93 anos, com a Grã-



Cruz da Ordem Nacional do Mérito, maior honraria do Estado brasileiro, em reconhecimento às realizações do líder indígena em favor dos povos originários e da proteção do meio ambiente. "Raoni é uma liderança que inspira paz, sabedoria ancestral e profundo conhecimento sobre as necessidades da terra e a relação do homem com a natureza. **PÁGINA 11**

## FOLIA

TOMAZ SILVA/ABRASIL



# Castro sanciona lei que cria mais uma política de fomento ao carnaval

O Carnaval do Rio de Janeiro ganhará mais uma política de fomento pelo Governo do Estado. Para ampliar o conjunto de ações já voltadas para a folia em todo o território fluminense, o governador Cláudio Castro sancionou a Lei 10.730/2025, publicada nesta sexta-feira, que prevê o Programa de Incentivo aos Blocos de Carnaval de Rua. O texto, que ainda será regulamentado, tem como objetivo a criação de um edital de concorrência pública para apoio aos blocos. O Governo, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa tem apoiado os festejos. **PÁGINA 9**

## APEX

# Tarifaço pode acelerar acordo entre Mercosul e UE

PÁGINA 2

## INDICADORES

IBOVESPA -2,96% / 127.256,00 / -3.884,65 / Volume: 33.703.956.936 / Negócios: 5.058.620			Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	1,06% (fev.)	EURO turismo								
Mais Negociados			Majores Altas		Majores Baixas		Fechamento	%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA	1,31% (fev.)	Compra: 6,4791	Venda: 6,6591			
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Taxa Selic	(19/03)	14,25%	CDI	(19/03)	13,25%	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,7777	+3,05%
PETROBRAS PN N2	34,55	-4,03	-1,45	CARREFOUR BRON NM	8,23	+10,77	+0,80	BRB BANCO PN	11,00	-15,38	-2,00	S&P 500	5.396,52	-4,84	EURO comercial	Compra: 5,8349	Venda: 5,8355
HAPVIDA ON NM	2,13	-5,33	-0,12	PARANAPANEMAON NM	1,50	+7,91	+0,11	BRAVA ON ATZ NM	18,340	-12,92	-2,720	NASDAQ Composite	16.550,605	-5,97	DÓLAR turismo	Compra: 5,8795	Venda: 6,0595
COGNA ON ON ATZ NM	2,06	-5,50	-0,12	PAR AL BAHIA PN	50,00	+7,30	+3,40	HOTEIS OTHONPN	3,15	-11,27	-0,40	Nasdaq 100	18.521,475	-5,41			
AMBEV SIA ON	13,71	-1,01	-0,14	DOHLER ON	6,30	+6,78	+0,40	CBA ON NM	4,110	-11,04	-0,510	Euronext 100	1.513,04	-3,19			
CARREFOUR BRON NM	8,23	+10,77	+0,80	RECRUSUL PN	1,35	+6,30	+0,08	KARSTEN PN	30,50	-10,29	-3,50	CAC 40	7.598,98	-3,31			

## MERCADOS



## Bolsa fecha em queda de quase 3% e retorna aos 127 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A retaliação da China aos Estados Unidos - de idênticos 34% na tarifação das importações - reforçou a percepção de que uma estagnação econômica global esteja a caminho em meio à maré protecionista deflagrada pelo governo Trump. Assim, o petróleo despencou pelo segundo dia e a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve sua maior queda desde 18 de dezembro, em baixa nesta sexta-feira de 2,96%, aos 127.256,00 pontos, retrocedendo a nível de meados de março, com giro muito reforçado, a R\$ 31,8 bilhões, nesta sexta-feira.

Na semana, a perda de 3,52% foi a maior para o Índice Bovespa (Ibovespa) desde a semana de 12 a 16 de dezembro de 2022. No agregado das quatro primeiras sessões de abril, cai 2,31% - no ano, sobe 5,8%.

Se, na quinta-feira, o desempenho de bancos e de ações associadas ao ciclo doméstico foi o suficiente para manter o Ibovespa perto do zero a zero - em dia que já havia sido de correção global -, nesta sexta, a disseminação de perdas foi inevitável.

Como na quinta, destaque no campo negativo para Vale (ON -3,99%) e Petrobras (ON -4,19%, PN -4,03%), com o prosseguimento da correção no petróleo. Os barris do Brent e do WTI, que na quinta haviam cedido mais de 6%, fecharam nesta sexta em baixa de 6,5% (Brent) e de 7,41% (WTI), em Londres e Nova York, nos níveis mais baixos desde 2021.

Na Ásia, o minério, na quinta em perda discreta, nesta sexta cedeu 2,35% em Cingapura, abaixo de US\$ 100 por tonelada - em Dalian, não houve negócios por conta de feriado e, em Qingdao, a queda foi de 1,1%.

Durante a sessão em Londres, o petróleo tipo Brent, re-

ferência global, rompeu o suporte de US\$ 65, aponta Ian Toro, especialista de renda variável da Melver. Pela manhã, a divulgação do payroll, o relatório oficial sobre a geração de vagas de trabalho nos EUA em março, contribuiu para acentuar a tensão do dia, destaca também o analista.

Na B3, entre os grandes bancos, as perdas chegaram a 3,31% (Santander Unit) no encerramento. Na ponta ganhadora do Ibovespa, apenas Carrefour Brasil (+10,77%), Minerva (+0,15%) e Klabin (+0,05%) - as três únicas das 87 ações da carteira teórica a avançar na sessão. No lado oposto, Brava (-12,92%), Vamos (-9,92%) e PetroReconcavo (-8,6%). Da mínima à máxima do dia, o Ibovespa oscilou de máxima na abertura a 131.139,05 pontos à mínima de 126.465,55, menor nível intradia desde 14 de março. O patamar de fechamento foi o menor desde o último dia 13

## DÓLAR

Após fechar a quinta-feira no menor valor em quase seis meses, o dólar disparou nesta sexta-feira, e voltou a superar R\$ 5,80, acompanhando a onda de valorização da moeda norte-americana no exterior.

A retaliação da China ao tarifação de Donald Trump, com imposição de tarifas adicionais de 34% sobre produtos americanos, aguçou os temores de que a guerra comercial desembocasse em recessão global.

Com máxima a R\$ 5,8455 na última hora de negócios, o dólar à vista terminou a sessão em alta de 3,68%, cotado a R\$ 5,8350 - maior valor de fechamento desde 10 de março (R\$ 5,8521).

Foi o maior avanço diário desde o ganho de 4,14% em 10 de novembro de 2022. A moeda acumula ganhos de 2,27% nos quatro primeiros pregões de abril. No ano, recua 5,59%.

que podem ocorrer com a retomada do sistema, entre eles, o retorno de concessões de créditos presumidos de PIS/Cofins estimados em R\$ 1,8 bilhão por ano. "A reprivatização da utilização do sistema poderá levar, em tese, ao retorno de sistemática que, segundo dados técnicos apresentados, revela inconsistências, com possibilidade de comprometimento do sistema fiscalizatório adotado pela Receita e consequente diminuição da arrecadação", decidiu o ministro.

## ENTENDA

Desenvolvido pela Casa da Moeda, o Sicobe começou a funcionar em 2009, com o objetivo de permitir à Receita Federal controlar, em tempo real, todo o processo produtivo de bebidas no país. Equipamentos e aparelhos instalados nos estabelecimentos envasadores de cervejas.

## MARÇO

# Balança se recupera e tem superávit de US\$ 8,154 bi

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O início de algumas safras e a alta nas vendas de minério de cobre e de carnes fizeram a balança comercial se recuperar e registrar o segundo melhor superávit da série histórica para meses de março. No mês passado, o país exportou US\$ 8,154 bilhões a mais do que importou, divulgou nesta sexta-feira o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

O resultado é o mais alto para meses de março desde 2023, quando a balança comercial tinha registrado superávit de US\$ 10,751 bilhões. Em relação a março de 2024, o superávit subiu 13,8%.

Em março, o país exportou US\$ 29,177 bilhões, alta de 5,5% em relação ao registrado no mesmo mês do ano passado e o terceiro melhor março desde 1989, quando começou a série histórica, só perdendo para 2023 e 2022. As importações somaram US\$ 21,023 bilhões, alta de

2,6% na mesma comparação e também o terceiro maior valor da história, inferior apenas aos de 2023 e 2022.

Do lado das exportações, a alta no preço do café e o início da safra de soja e de milho ajudaram a recuperar a balança. As vendas de alguns produtos, como carne bovina, celulose e minério de cobre, subiram no mês passado, compensando a diminuição de preço dos demais produtos.

Do lado das importações, as aquisições de motores, máquinas, medicamentos, componentes de veículos, adubos e fertilizantes químicos subiram. A maior alta ocorreu com as máquinas e motores, cujo valor comprado aumentou 45,9% em março na comparação com março do ano passado.

No mês passado, o volume de mercadorias exportadas subiu 5%, puxado pelo início da safra de diversos produtos. Os preços aumentaram apenas 0,4% em média na comparação com o mesmo mês do ano passado. Nas importações, a quantidade

comprada subiu 4,2%, impulsionado pelo crescimento econômico, mas os preços médios recuaram 1,5%, refletindo a queda no valor das commodities (bens primários com cotação internacional).

## SETORES

No setor agropecuário, a alta na quantidade pesou mais no aumento das exportações. O volume de mercadorias embarcadas subiu 10,8% em março na comparação com o mesmo mês de 2024, enquanto o preço médio subiu 4,3%.

Na indústria de transformação, a quantidade subiu 9%, com o preço médio caindo 0,9%, refletindo uma certa recuperação econômica na Argentina, o maior comprador de bens industrializados do Brasil.

Na indústria extrativa, que engloba a exportação de minérios e de petróleo, a quantidade exportada caiu 10,6%, puxada pela manutenção de plataformas de petróleo, enquanto os preços médios recuaram 4,9%.

## ESTIMATIVA

Após divulgar estimativas por intervalos de valores em janeiro, o MDIC atualizou as estimativas para a balança comercial do ano. O superávit deverá ficar em US\$ 70,2, queda de 5,4% em relação a 2024. Na previsão anterior, o saldo estava numa banda entre US\$ 60 bilhões e US\$ 80 bilhões. A próxima projeção será divulgada em julho.

Segundo o MDIC, as exportações subirão 4,8% em 2025 na comparação com 2024, encerrando o ano em US\$ 353,1 bilhões. As importações subirão 7,6% e fecharão o ano em US\$ 282,9 bilhões. As estimativas, no entanto, devem ser revistas em breve porque não consideram os efeitos do tarifação de Donald Trump nem da retaliação comercial da China.

As previsões estão mais pessimistas do que as do mercado financeiro. O boletim Focus, pesquisa com analistas de mercado divulgada toda semana pelo Banco Central, projeta superávit de US\$ 75 bilhões neste ano.

## BLOCOS

## Tarifação pode acelerar acordo UE-Mercosul, diz presidente da Apex

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O tarifação anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, poderá acelerar o processo de acordo entre o Mercosul e a União Europeia (EU). A avaliação é do presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Jorge Viana.

"Eu acho que o Brasil não tem que focar em qual vantagem a gente vai tirar nisso. Até porque o presidente Lula é do multilateralismo, propõe acordos. Mas é óbvio que, qualquer analista vai ver, se os Estados Unidos conseguirem implementar essas medidas, pode ter como consequência, por exemplo, acelerar o processo do acordo Mercosul-

União Europeia", disse, em entrevista coletiva na tarde desta quinta-feira passada.

"Já ouvimos e vimos manifestações de líderes europeus que dizem que vão acelerar o processo de validação do acordo Mercosul-União Europeia", acrescentou.

De acordo com Viana, as novas tarifas anunciadas pelos Estados Unidos abrirão novas possibilidades comerciais para o Brasil e demais países. "Mas acho que, antes das possibilidades, vão vir as dificuldades.

E é um risco grande. É algo que pode construir uma nova era. Tem alguns analistas que já falam que pode ser que os Estados Unidos podem estar abrindo agora a era da China", acrescentou.

centou.

Em média, as tarifas aplicadas por Trump foram de 10% para países da América Latina, de 20% para Europa e de 30% para Ásia, mostrando que o governo americano vê como maior ameaça os países orientais.

Apesar da taxa menor aplicada ao Brasil, de 10%, o presidente da Apex disse não ver "vantagem" para o país e afirmou acreditar que o tarifação não será benéfico para o comércio global.

"Eu não consigo enxergar vantagem nenhuma quando o mundo pode piorar a sua relação comercial. Foram os Estados Unidos que introduziram no mundo, há décadas, a ideia do livre mercado, dos conglomerados, dos acordos comerciais, fo-

ram eles que fizeram, dizendo que isso era melhor para o mundo. E, de fato, para o mundo ficar mais pacífico, você tem que ter um mundo mais transacional entre os países", afirmou.

Ele ressaltou, no entanto, que o Brasil poderá passar a receber mais investimentos, mas que a nova conjuntura será "ruim para todos".

"Acho que, na incerteza, o Brasil pode ter mais investimento do que tem, mas eu não estou querendo trabalhar a tese do tirar proveito ou tirar benefício, porque um mundo inseguro, um mundo em conflito, é ruim para todo mundo, inclusive o Brasil. A tese minha é essa, vai ser ruim para todos, independente de você ganhar mais aqui ou perder ali".

## BEBIDAS

## Decisão do TCU sobre controle de bebidas é suspensa pelo STF

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu nesta sexta-feira a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que determinou a retomada da operação do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe), suspenso desde 2016.

O sistema era usado para controlar, em tempo real, todo o processo produtivo de bebidas no país, mas foi desativado pela Receita Federal. Na decisão que determinou a retomada do sistema, o TCU afirmou que Receita não poderia ter descontinuado o Sicobe por meio de ato administrativo, pois isso contradiz os princípios da legalidade e da hierarquia das normas.

Ao analisar um recurso da Advocacia-Geral da União (AGU), Zanin entendeu que o órgão demonstrou os prejuízos

## DIREITO BÁSICO

## PEC do Saneamento avança no Senado e anima setor privado

LUIZ ARAÚJO/AE

As empresas privadas de saneamento básico observam com otimismo o avanço da tramitação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que torna o setor um direito básico, assim como a saúde e a educação.

A avaliação geral é de que a inclusão, ainda que inicialmente de peso simbólico, deve estimular políticas para aumento de investimentos públicos e privados.

A PEC 2/2016, de autoria do senador e líder do governo no Congresso, Randofo Rodrigues (PT-AP), poderá ser colocada em votação no Senado já na próxima semana, quando deve ser feita a última sessão de discussão.

O texto busca alterar o artigo 6º da Constituição para incluir o saneamento entre áreas já listadas: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, alimentação, previdência social e segurança.

Na proposta, Randofo diz que, embora os serviços de saneamento básico devessem, "por lógica", estarem incluídos no já previsto direito social à saúde, seguem sendo negados para parte da população, com impacto direto na saúde pública.

"A inserção do direito ao saneamento dentre os direitos sociais é, para muito além do domínio simbólico, a assunção efetiva do compromissamento estatal explícito com os direitos subjetivos dos cidadãos a uma

vida digna e saudável", considera o texto da PEC.

A iniciativa conta com apoio da Abcon Sindcon, que representa as empresas privadas de saneamento. Para Christianne Dias, diretora executiva da entidade, a PEC tem potencial para colocar o setor no "hall" de prioridades das políticas públicas. Como efeito, atrair maior investimento público e privado. "Claro que precisará ser operacionalizado junto de outras ações", afirma. Christianne avalia que, definido como direito constitucional, haverá respaldo para criação de instrumentos facilitadores para captação de recursos.

Em levantamento divulgado no ano passado, o Instituto Trata

Brasil apontou que 32 milhões de brasileiros ainda viviam sem acesso à água potável e 90 milhões sem acesso à coleta de esgoto, representando, respectivamente, 15% e 42% da população brasileira. Conforme as metas de universalização estabelecidas pelo País, 99% da população deverá, até 2033, contar com água tratada, enquanto 90% deverá ter acesso à coleta e ao tratamento de esgotamento sanitário.

## TRAMITAÇÃO DA PEC

O relator da PEC 2/2016, senador Rogério Carvalho (PT-SE), diz confiar na aprovação sem resistências, considerando haver consenso sobre a importância do tema. "Quem vai se opor ao saneamento como direito de cidadania?", questiona ao apontar confiança. "O direito à saúde e à educação para todos não existia antes da Constituição. Então, a inclusão é muito mais que o simbólico, poderá ser objeto de luta", afirma Rogério Carvalho.

Diário do  
**Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO  
NACIONAL  
DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE



**Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar - CNPJ: 33.229.410/0001-68**  
**Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)**

**Relatório da Administração:** Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório das principais atividades no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil, acrescidas da demonstração do valor adicionado - DVA. **Mensagem da Administração:** Nós vamos além de lindas vistas. Mais do que um dos mais belos pontos turísticos do Brasil, a nossa missão é transportar pessoas para um mundo de encantamento, lazer e entretenimento, gerando experiências felizes, sustentáveis, inesquecíveis e que valorizem a cultura brasileira. Investimos constantemente em segurança, conforto e inovação. Surgimos de uma vontade visionária e incontrolável de conectar pessoas a esse espetáculo da natureza. Somos a combinação de um trabalho em equipe: natureza e homem juntos em perfeita harmonia. Somos um marco natural, geológico, histórico e turístico da cidade do Rio de Janeiro. Marco natural, por ser um referencial para os navegadores que vêm à Baía de Guanabara. Marco geológico, pois é um sítio geológico com datações precisas da história do planeta. Marco histórico, porque aos seus pés, Estácio de Sá, em 1º de março de 1565, fundou a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. E, marco turístico, porque a inauguração do teleférico do Pão de Açúcar projetou o nome do Brasil no exterior. Fomos o primeiro teleférico instalado no Brasil e o terceiro no mundo. **Sustentabilidade:** As responsabilidades ambientais, sociais e de governança estão presentes nas nossas ações. Refletindo esse compromisso, somos uma das empresas signatárias do Pacto Global das Nações Unidas no Brasil. Investimos em projetos de reflorestamento e conservação das áreas verdes, neutralização de gases de efeito estufa, educação ambiental e gestão de resíduos em nossas operações. Em 2024, obtivemos a renomada certificação internacional B Corporation, reconhecendo o compromisso constante da Companhia em gerar impacto positivo tanto econômico quanto socioambiental, atendendo a elevados padrões de desempenho, transparência e responsabilidade. **Comentários de Desempenho consolidado relativos ao ano de 2024:** A Companhia apresentou um faturamento líquido no montante de R\$ 251.158 mil em 31 de dezembro de 2024. Um aumento de 17% em comparação ao faturamento de 2023. Esse aumento é devido principalmente ao incremento no número de visitantes no Parque Bondinho Pão de Açúcar. A Diretoria.

Balanco patrimonial		Nota		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023		
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	6	180.749	161.965	204.796	201.423		
Contas a receber	7	18.857	14.029	21.445	15.486		
Estoques		1.389	1.293	1.389	1.294		
Despesas Antecipadas		399	319	400	321		
Tributos a recuperar	8	3.563	3.883	3.716	3.988		
Adiantamento a fornecedores	9	2.510	3.087	2.510	3.087		
Instrumentos financeiros derivativos	17	5.445	4.032	5.445	4.032		
Partes Relacionadas	21	5.439	-	5.434	-		
Outros ativos circulantes		53	44	53	51		
<b>Não Circulante</b>		<b>156.588</b>	<b>163.751</b>	<b>131.785</b>	<b>124.749</b>		
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>150.764</b>	<b>158.919</b>	<b>122.996</b>	<b>115.824</b>		
IR/CSLL Diferidos	10	1.010	1.826	1.010	1.826		
Tributos a recuperar	8	3.053	1.525	3.752	2.341		
Depósitos judiciais	20	1.626	1.351	1.797	1.406		
Aplicações financeiras	11	135	130	2.230	3.352		
		5.824	4.832	8.789	8.925		
Investimentos	4	27.999	43.460	-	-		
Ativo de Direito de Uso	12	707	233	707	233		
Intangível	13	907	1.610	907	1.610		
Imobilizado	14	121.115	113.580	121.346	113.945		
Comodato		36	36	36	36		
<b>Total do ativo</b>		<b>374.993</b>	<b>352.403</b>	<b>376.973</b>	<b>354.431</b>		
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>374.993</b>	<b>352.403</b>	<b>376.973</b>	<b>354.431</b>		
<b>Circulante</b>		<b>77.396</b>	<b>48.407</b>	<b>79.825</b>	<b>50.384</b>		
Fornecedores	15	4.603	4.368	4.608	4.610		
Salários e férias a pagar		4.579	4.412	5.002	4.845		
Tributos a recolher	16	2.209	2.894	2.465	3.554		
Empréstimos e Financiamentos	17	20.635	6.511	20.635	6.511		
Debêntures/Nota Comercial	18	6.267	27.284	6.267	27.284		
Passivo de arrendamento	12	733	273	733	273		
Dividendos e participações		-	1	-	1		
Receita Diferida	19	1.759	1.218	2.208	1.368		
Partes Relacionadas	21	35.901	-	35.906	-		
Outros passivos circulantes		1.250	1.446	2.001	1.938		
<b>Não Circulante</b>		<b>166.733</b>	<b>81.251</b>	<b>166.825</b>	<b>81.302</b>		
Tributos em discussão judicial		695	694	737	735		
Empréstimos e Financiamentos	17	51.146	20.953	51.146	20.953		
Debêntures/Nota Comercial	18	43.252	58.369	43.252	58.369		
Provisão para contingências	20	1.604	1.199	1.654	1.209		
Comodato - Passivo		36	36	36	36		
Partes Relacionadas	21	70.000	-	70.000	-		
<b>Total do passivo</b>		<b>244.670</b>	<b>129.658</b>	<b>246.650</b>	<b>131.686</b>		
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>130.323</b>	<b>222.745</b>	<b>130.323</b>	<b>222.745</b>		
Capital social		69.073	69.073	69.073	69.073		
Reserva legal		13.815	13.815	13.815	13.815		
Reserva de Retenção de Lucros		43.339	101.545	43.339	101.545		
Reserva de contingência		1.311	1.311	1.311	1.311		
Outros Resultados Abrangentes		2.785	2.861	2.785	2.861		
Dividendos Adicionais Propostos		-	34.140	-	34.140		
		130.323	222.745	130.323	222.745		

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais								
	Capital social	Reserva legal	Reserva de contingências	Dividendos a distribuir	Reserva de Retenção de lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	64.231	7.334	1.311	15.948	4.842	4.132	-	97.798
Destinação de dividendos 2022	-	-	-	(15.656)	-	-	-	(15.656)
Aumento de capital social com Reserva de lucros	4.842	-	-	-	(4.842)	-	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	141.874	141.874
Reserva Legal	-	6.481	-	-	-	-	(6.481)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(1.271)	-	(1.271)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	33.848	-	-	(33.848)	-
Dividendos adicionais 2023	-	-	-	-	101.544	-	(101.544)	-
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	69.073	13.815	1.311	34.140	101.544	2.861	-	222.744
Distribuição de dividendos 2023	-	-	-	(34.140)	(101.544)	-	-	(135.684)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(94.333)	-	-	(94.333)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	137.673	137.673
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(76)	-	(76)
Retenção de lucros	-	-	-	-	137.673	-	(137.673)	-
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	69.073	13.815	1.311	-	43.340	2.785	-	130.324

Demonstração do resultado		Nota		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023		
Receita operacional líquida	23	224.579	191.047	251.158	215.553		
Custo dos serviços prestados	24	(43.863)	(40.786)	(46.109)	(42.413)		
<b>Lucro bruto</b>		<b>180.716</b>	<b>150.261</b>	<b>205.049</b>	<b>173.140</b>		
Despesas com vendas	26	(7.691)	(4.197)	(7.691)	(4.212)		
Despesas gerais e administrativas	25	(53.732)	(29.960)	(55.879)	(33.041)		
Operacionais líquidas		(347)	4.038	(113)	4.202		
Resultado de equivalência patrimonial	4	24.119	22.331	-	-		
<b>Lucro operacional</b>		<b>143.065</b>	<b>142.473</b>	<b>141.366</b>	<b>140.089</b>		
Receitas financeiras		19.147	14.093	21.825	17.649		
Despesas financeiras		(23.274)	(19.042)	(23.777)	(19.056)		
<b>Resultado financeiro</b>	27	<b>(4.577)</b>	<b>(4.949)</b>	<b>(1.952)</b>	<b>(1.407)</b>		
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>138.488</b>	<b>137.524</b>	<b>139.414</b>	<b>138.682</b>		
I.R. e C.S. pago	28	(816)	4.350	(1.732)	3.192		
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>137.672</b>	<b>141.874</b>	<b>137.682</b>	<b>141.874</b>		
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>		<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>		
		2024	2023	2024	2023		
Lucro líquido do exercício		137.673	141.874	137.673	141.874		
Outros resultados abrangentes		(76)	1.271	(76)	1.271		
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>137.597</b>	<b>143.145</b>	<b>137.597</b>	<b>143.145</b>		
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>		<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>		
		2024	2023	2024	2023		
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>137.673</b>	<b>141.874</b>	<b>137.673</b>	<b>141.874</b>		
Lucro líquido ajustado por:							
Depreciação e amortização		6.210	7.009	6.345	7.146		
Equivalência Patrimonial em Controlada (Ganhos)/perdas com valor justo de instrumentos financeiros derivativos		(24.119)	(22.331)	-	-		
Arrendamentos		(1.489)	(1.271)	(1.489)	(1.271)		
Ajuste marcação a mercado		461	(406)	461	(405)		
Imposto Diferido		(275)	-	(275)	-		
Baixa de ativos imobilizado/intangível		816	(4.350)	816	(4.350)		
Provisão para contingências		1.101	578	1.101	643		
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa		404	96	444	96		
Variação cambial empréstimo		(413)	262	(1.932)	571		
Amortizações custo de transação de debêntures		1.547	1.546	1.547	1.546		
Juros sobre debêntures		(2.947)	764	(2.947)	764		
Juros sobre empréstimos		11.718	15.933	11.718	15.933		
		4.885	777	4.885	777		
		135.847	140.206	158.622	163.049		

**Duals:** As DFs individuais da Cia. foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as DFs consolidadas. **(b) DFs consolidadas:** As DFs consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC. **1.3 Consolidação:** A Cia. consolida todas as entidades sob as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. A empresa controlada incluída na consolidação está descrita na Nota 1.1 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das DFs consolidadas estão descritas na Nota 30. **1.4 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024:** **(a) Captação de empréstimo:** Em 23/05/2024, a Cia. contratou um empréstimo junto ao Banco Itaú, com base na Resolução 4.131, no valor de R\$ 40 milhões (equivalente a EUR 7.223 mil). O contrato possui vencimento em abril de 2029. Adicionalmente, em 03/06/2024, a Cia. contratou um empréstimo junto ao Banco BOCOM BBM, também sob a modalidade da Resolução 4.131, no valor de R\$ 10 milhões (equivalente a USD 1.900 mil). Este empréstimo tem vencimento em junho de 2029. Totalizando o saldo de empréstimos captados de R\$ 50 milhões, essas operações financeiras visam fortalecer a estrutura de capital do grupo e apoiar seus objetivos estratégicos de longo prazo. Detalhes adicionais sobre os empréstimos podem ser consultados na Nota 17. **(b) Debêntures:** No dia 04/10/2024, a Cia. realizou a emissão de uma debênture privada e não conversível, subscrita por sua controladora, ITER, no valor de R\$ 70 milhões. Essa emissão teve como objetivo a liquidação total das debêntures anteriormente emitidas pela Cia. A nova debênture foi estruturada com uma carência de pagamento de 10 anos e taxa de CDI + 2,30% a.a. Por se tratar de uma dívida entre partes relacionadas, não há convênios previstos no respectivo contrato. Em 07/10/2024, foi realizada a liquidação total das debêntures emitidas em 2022, no montante de R\$ 67 milhões. Essa antecipação de pagamento resultou na cobrança de uma compensação (waiver fee) aos debenturistas no valor de R\$ 1,2 milhões. A composição detalhada dessas movimentações financeiras está apresentada na Nota 18. **(c) Captação de Nota Comercial:** Em 28/06/2024, a Cia. contratou um empréstimo junto ao Banco do Brasil, estruturado na modalidade de Nota Comercial, conforme disposto no Art. 45 da Lei nº 14.195. A operação foi realizada no montante de R\$ 50 milhões com vencimento em junho de 2029 e taxa de juros de CDI + 1,90% ao ano. O objetivo da operação foi o reforço de caixa da Cia. como estratégia, conforme detalhado na nota 18. **(d) Reforma Tributária:** Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma"). Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por normas legais que deverão ser discutidas e aprovadas pelo Congresso Nacional durante o exercício de 2025. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. A implementação do novo sistema será gradual, com um período de testes em 2026, onde as empresas deverão emitir nas notas fiscais os valores correspondentes aos novos tributos, sem recolhimento efetivo. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas DFs de 31/12/2024. **(e) Atualizações sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE):** Com a sanção do Projeto de Lei nº 1026/2024 sancionado em maio de 2024, o programa foi ampliado e prorrogado até dezembro de 2026. As isenções e reduções tributárias específicas começaram a valer em 2024, após a sanção da nova lei. As mudanças nos impostos começam a ser observadas em relação às empresas tributadas pelo lucro real e com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões. Em 2024, essas empresas tiveram acesso integral às reduções de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins e em 2025 e 2026 passarão a pagar alíquotas cheias de IRPJ e CSLL (I.R. e C.S.), mantendo apenas a previsão de redução de PIS e Cofins. Não há nenhum impacto nas DFs de 31/12/2024. **2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 3.1 (b). **(b) Revisão de vida útil e recuperação de ativo imobilizado:** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Cia. é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. **2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis:** **(a) Determinação do prazo de arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). As opções de prorrogação em arrendamentos não foram incluídas no passivo de arrendamento porque a Cia. não possui certeza razoável quanto à prorrogação dos contratos. **3 Gestão de risco financeiro: 3.1 Fatores de risco financeiro:** O Grupo realiza transações com instrumentos financeiros e estes instrumentos são administrados através de estratégias e controles internos, buscando ter os recursos necessários para Administração no dia a dia, a geração de resultados e gestão dos riscos financeiros. Nossas políticas de controle são periodicamente monitoradas e não são utilizados investimentos e instrumentos derivativos com intuito especulativo. Os valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Cia. foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de avaliação adequadas. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para desenvolver a estimativa do valor de realização mais adequada. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Saldo inicial da provisão para perdas em 1º de janeiro</b>					
		(986)	(725)	(986)	(725)
<b>Aumento na provisão para perdas</b>					
		(360)	(547)	(360)	(547)
<b>Reversão de provisão</b>					
		772	360	772	360
<b>Atualização juros</b>					
		-	(74)	-	(74)
<b>Saldo final da provisão para perdas em 31 de dezembro</b>					
		(573)	(986)		

Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar - CNPJ: 33.229.410/0001-68												
Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)												
<b>(ii) Demonstração do resultado sintética</b>												
	<b>PATUR</b>		<b>2024</b>		<b>2023</b>							
Receita operacional líquida	26.439	24.500										
Lucro antes dos impostos	25.035	23.489										
I.R. e C.S.	(916)	(1.157)										
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>24.119</b>	<b>22.332</b>										
<b>(iii) Demonstração dos fluxos de caixa sintética</b>												
	<b>PATUR</b>		<b>2024</b>		<b>2023</b>							
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	25.078	21.793										
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	-	119										
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	25.078	21.793										
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39.458	17.665										
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	24.046	39.458										
<b>5 Instrumentos financeiros por categoria</b>												
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>2024</b>		<b>2023</b>					
<b>Ativos financeiros</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>								
<b>Ativos ao custo amortizado</b>	<b>180.749</b>	<b>161.965</b>	<b>204.796</b>	<b>201.423</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	18.857	14.029	21.445	15.486								
Contas a receber de clientes	53	43	53	51								
Outros créditos	135	130	2.230	3.352								
Aplicações financeiras	199.794	176.167	228.524	220.311								
<b>Total ao custo amortizado</b>	<b>200.786</b>	<b>179.370</b>	<b>252.248</b>	<b>249.190</b>								
<b>Ativos ao valor justo</b>	<b>5.445</b>	<b>4.032</b>	<b>5.445</b>	<b>4.032</b>								
Derivativos	5.445	4.032	5.445	4.032								
<b>Total ao valor justo</b>	<b>5.445</b>	<b>4.032</b>	<b>5.445</b>	<b>4.032</b>								
<b>Total geral dos Ativos</b>	<b>206.231</b>	<b>183.402</b>	<b>257.693</b>	<b>253.222</b>								
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>2024</b>		<b>2023</b>					
<b>Passivos financeiros</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>								
<b>Passivos ao custo amortizado</b>	<b>4.603</b>	<b>4.368</b>	<b>4.608</b>	<b>4.610</b>								
Fornecedores	1.250	1.447	2.001	1.939								
Outras contas a pagar	71.781	27.464	71.781	27.464								
Empréstimos	49.519	85.653	49.519	85.653								
Debêntures/Nota Comercial	70.000	-	70.000	-								
Partes Relacionadas - LP	733	273	733	273								
Passivos de arrendamento	197.886	119.205	198.642	119.939								
<b>Total ao custo amortizado</b>	<b>197.886</b>	<b>119.205</b>	<b>198.642</b>	<b>119.939</b>								
<b>Total geral dos Passivos</b>	<b>197.886</b>	<b>119.205</b>	<b>198.642</b>	<b>119.939</b>								
<b>6 Caixa e equivalentes de caixa</b>												
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>2024</b>		<b>2023</b>					
<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>									
Caixa e bancos	154	368	164	529								
Aplicações Financeiras	180.596	161.597	204.632	200.894								
	180.750	161.965	204.796	201.423								
As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a produtos bancários de baixo risco e com liquidez diária, todas no segmento de renda fixa, em bancos de primeira linha, e remuneradas a taxas de mercado (101,9% CDI).												
<b>7 Contas a receber</b>												
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>2024</b>		<b>2023</b>					
<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>									
Clientes	7.777	4.558	10.404	7.571								
Administradoras de cartão de crédito	11.652	10.458	11.652	10.459								
Perdas Estimadas	(573)	(987)	(612)	(2.544)								
	18.856	14.029	21.444	15.486								
O saldo de contas a receber de clientes segregado por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:												
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>2024</b>		<b>2023</b>					
<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>									
A vencer	17.603	13.864	18.218	14.116								
Vencidos: Até 30 dias	627	63	2.073	225								
Entre 31 e 60 dias	71	6	101	42								
Entre 61 e 180 dias	171	14	231	14								
Acima de 181 dias	957	1.069	1.434	3.633								
Total (desconsiderando perdas estimadas)	19.429	15.016	22.057	18.030								
Para contas a receber de clientes, a Cia. aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.												
<b>8 Tributos a recuperar</b>												
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>2024</b>		<b>2023</b>					
<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>									
IRPJ a compensar	3.183	2.690	3.183	2.690								
CSLL a compensar	380	607	405	632								
Contribuições ao INSS retido na fonte	-	79	-	79								
ISS S/ receita antecipada patrocínio	-	5	23	12								
Contribuições sociais retidas na fonte	-	14	44	24								
I.R. retido na fonte	-	83	13	96								
<b>14 Imobilizado</b>												
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>2024</b>		<b>2023</b>					
<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>									
Saldos em 1º/01/2023	1.864	22.200	3.524	96	2.171	1.279	36.876	1.348	5	21.520	110	90.994
Adições	526	1.288	-	-	343	20	-	-	-	23.731	-	25.907
Baixas	(140)	(160)	-	-	(56)	1	-	-	-	-	-	357
Transferências	56	3.594	471	0	169	214	-	-	-	749	-	3.642
Depreciações	(1.115)	(2.506)	(594)	(64)	(736)	(253)	(1.310)	(30)	-	-	-	6.608
Saldos em 31/12/2023	1.078	24.417	3.401	32	1.892	1.258	35.567	1.318	5	44.501	110	113.580
Custo do imobilizado	3.691	50.747	10.568	386	6.545	12.701	57.450	2.123	5	44.501	110	188.827
Depreciação acumulada	(2.613)	(26.330)	(7.167)	(354)	(4.653)	(11.443)	(21.883)	(805)	-	-	-	(75.247)
Valor contábil	1.078	24.417	3.401	32	1.892	1.258	35.567	1.318	5	44.501	110	113.580
Saldos em 31/12/2023	1.078	24.417	3.401	32	1.892	1.258	35.567	1.318	5	44.501	110	113.580
Adições	117	560	-	-	675	256	44	-	-	11.167	14	13.472
Baixas	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-	(0)	-	(35)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(269)	-	(274)
Depreciações	(185)	(2.661)	(585)	(32)	(760)	(157)	(1.217)	(30)	-	-	-	(5.627)
Saldos em 31/12/2024	1.001	22.316	2.816	608	1.807	1.357	34.394	1.288	5	55.399	1.240	121.116
Custo do imobilizado	3.795	51.306	10.568	846	7.220	12.957	57.494	2.123	5	55.400	124	201.838
Depreciação acumulada	(2.794)	(28.991)	(7.752)	(238)	(5.413)	(11.600)	(23.101)	(835)	-	-	-	(80.724)
Valor contábil	1.001	22.316	2.816	608	1.807	1.358	34.393	1.288	5	55.400	124	121.115
Saldos em 1º/01/2023	2.022	22.263	3.524	96	2.170	1.279	37.032	1.348	5	21.520	110	91.370
Adições	526	1.288	-	-	343	20	-	-	-	23.731	-	25.907
Baixas	(193)	(173)	-	-	56	1	-	-	-	-	-	(423)
Transferências	43	3.772	471	0	171	214	-	-	-	749	-	3.835
Depreciações	(1.136)	(2.580)	(594)	(64)	(736)	(253)	(1.352)	(30)	-	-	-	(6.745)
Saldos em 31/12/2023	1.175	24.570	3.401	32	1.892	1.258	35.680	1.318	5	44.501	110	113.945
Custo do imobilizado	4.584	52.538	10.568	386	6.677	12.701	57.864	2.123	5	44.501	110	192.058
Depreciação acumulada	(3.409)	(27.967)	(7.167)	(354)	(4.785)	(11.443)	(22.183)	(805)	-	-	-	(78.112)
Valor contábil	1.175	24.571	3.401	32	1.892	1.258	35.680	1.318	5	44.501	110	113.945
Saldos em 31/12/2023	1.175	24.571	3.401	32	1.892	1.258	35.680	1.318	5	44.501	110	113.945
Adições	117	560	-	-	675	256	44	-	-	11.167	14	13.472
Baixas	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-	(0)	-	(35)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(269)	-	(274)
Depreciações	(204)	(2.736)	(585)	(32)	(760)	(157)	(1.258)	(30)	-	-	-	(5.762)
Saldos em 31/12/2024	1.079	22.395	2.816	608	1.807	1.357	34.466	1.288	5	55.399	124	121.346
Custo do imobilizado	4.689	53.097	10.568	846	7.220	12.957	57.907	2.123	5	55.400	124	204.936
Depreciação acumulada	(3.609)	(30.702)	(7.752)	(238)	(5.413)	(11.600)	(23.441)	(835)	-	-	-	(83.590)
Valor contábil	1.080	22.395	2.816	608	1.807	1.357	34.466	1.288	5	55.400	124	121.346
<b>14.1 Imobilizações em Andamento:</b> As adições à conta de Imobilizações em Andamento no exercício de 2024 estão relacionadas às obras do projeto da tirolesa e os projetos de revitalização do Parque Bondinho Pão de Açúcar. O andamento das obras de tais projetos está temporariamente suspenso em razão de decisão liminar proferida no âmbito de ação civil pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a CCAPA e o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em tramitação perante a 20ª Vara Federal do RJ. Sem prejuízo de tal suspensão, foram realizadas movimentações relacionadas à manutenção e preservação do investimento, assegurando que a estrutura permaneça em condições adequadas para a retomada das obras. Em 2024, a CCAPA ingressou com recurso de agravo de instrumento junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) visando à cassação da medida liminar antes referida. Embora tal recurso tenha sido julgado favoravelmente à CCAPA pelo TRF-2, o MPF interpele recurso especial contra a decisão do TRF-2, ao qual foi concedido efeito suspensivo. Assim, os efeitos da decisão do TRF-2 que cassou a liminar ficam suspensos até a apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) do recurso especial interposto pelo MPF, o que ainda não havia ocorrido até a emissão deste relatório. Em paralelo, na data de emissão deste relatório, a Cia. aguarda a conclusão das perícias técnicas determinadas pelo juízo competente no âmbito da ACP. A administração mantém a convicção de que o desfecho do processo será favorável, possibilitando a continuidade do projeto e garantindo a plena realização do valor investido. A Cia. permanece comprometida em assegurar o avanço dos projetos estratégicos e a adequação às exigências regulatórias, reforçando seu compromisso com a eficiência operacional e a sustentabilidade de suas operações. <b>14.2 Vida útil do ativo imobilizado:</b> A Cia. realizou, com base em laudo produzido por empresa especializada, estudo de revisão da vida útil dos itens de seu ativo imobilizado, passando a considerar o resultado desta avaliação a partir/01/2020. A administração não identificou alterações na vida útil dos ativos registrados contabilmente. <b>Impairment:</b> Não foram identificados indicadores de perda no valor recuperável dos itens do ativo imobilizado da Cia. para os exercícios encerrados em 31/12/2024.												
<b>15 Fornecedores</b>												
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>2024</b>		<b>2023</b>					
<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>									
Fornecedores	4.603	4.368	4.608	4.610								
	4.603	4.368	4.608	4.610								
Referem-se as obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios da Cia..												
<b>16 Tributos a recolher</b>												
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>2024</b>		<b>2023</b>					
<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>									
PIS s/ faturamento	17	120	17	135								
ISS retido a recolher	15	15	15	15								
ISS s/ faturamento	1.212	897	1.249	998								
COFINS s/ faturamento	96	472	96	474								
FGTS a recolher	92	514	93	517								
INSS a recolher	348	330	360	343								
CSRF- lei 10.833	132	168	135	175								
I.R. retido - terceiros	9	36	10	38								
I.R. retido - empregados	175	160	185	179								
INSS retido s/ serviços	109	176	109	176								
Outros - (Contribuição Sindical, Inss s/ 13º e Fgts s/ 13º)	5	6	5	5								
I.R. - PJ	-	-	139	259								
C.S. - PJ	-	-	52	95								
PIS não cumulativo	-	-	-	13								
Cofins não cumulativo	-	-	-	132								
	2.210	2.894	2.465	3.554								
<b>17 Empréstimos</b>												
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>2024</b>		<b>2023</b>					
<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>									
<b>Circulante</b>	<b>15.190</b>	<b>2.479</b>	<b>15.190</b>	<b>2.479</b>								
Empréstimos Bancários Instrumentos	20.635	6.511	20.635	6.511								
Financeiros Derivativos	(5.445)	(4.032)	(5.445)	(4.032)								



## Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar - CNPJ: 33.229.410/0001-68

**Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)**

simples no valor de R\$70.000, as quais foram integralmente subscritas pela ITER, para realizar a liquidação parcial das Debêntures anteriormente emitidas pela Cia. **30 Seguros:** A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza de sua atividade. Em 31/12/2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 188 milhões de limite máximo de garantia para danos materiais, alagamentos e inundações, tremor de terra, maremoto e terremoto, além de lucros cessantes. Para a apólice de responsabilidade civil, os valores são de R\$ 50 milhões, enquanto a cobertura de seguro D&O (responsabilidade civil de administradores e diretores) possui limite máximo de garantia de R\$ 40 milhões. Para a apólice de cobertura de riscos ambientais o limite máximo de garantia é de R\$ 30 milhões agregado. Os seguros contratados incluem sua controlada PATUR como co-seguradora. **31 Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas DFs estão resumidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **31.1 Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das DFs consolidadas. **(a) Controladas:** Controlada é a entidade na qual a Cia. detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Cia.. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Cia. deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada é alterada, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **(b) Perda de controle em controladas:** Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **31.2 Conversão de moeda estrangeira:** **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas DFs são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As DFs individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Cia. e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio. **31.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **31.4 Ativos financeiros:** **31.4.1 Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado: Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. **31.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **31.4.3 Mensuração:** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado – os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes – os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado – os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **31.4.4 Impairment:** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **31.4.5 Compensação de Instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **31.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. **31.6 Contas a receber:** As contas a

receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. **31.7 Arrendamentos:** A Cia. aluga câmeras para monitoramento e gestão de segurança patrimonial através do sistema CFTV. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de seis meses a dois anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contém cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Não há nenhum contrato de arrendamento onde a Cia. utilizou a taxa incremental. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e • quaisquer custos diretos iniciais. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **(f) Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas nos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. **31.8 Ativos intangíveis:** **(a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada. As marcas não são amortizadas. **(b) Softwares:** As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. **31.9 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

	Anos
Edificações	25-40
Máquinas e equipamentos	10-20
Veículos	3-5
Móveis e utensílios	5-20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. **31.10 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **31.11 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **31.12 Provisões:** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **31.13 I.R. e C.S. corrente e diferido:** As despesas de I.R. e C.S. do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de I.R. e C.S. corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do

balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O I.R. e a C.S. corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O I.R. e a C.S. diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas DFs. Entretanto, o I.R. e a C.S. diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O I.R. e a C.S. diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **31.14 Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **31.15 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Receita serviços prestados:** A receita da Cia. é gerada a partir da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, abertas em linhas de bilheteria, locação, cessão de espaços para eventos, propaganda e publicidade. A linha de receita de locação não se enquadra nas especificidades do CPC 06 (R2) no que se refere a arrendamentos, não produzindo, dessa forma, efeitos nas DFs ora apresentadas. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **31.16 Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas DFs e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **32 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** No exercício corrente, a Cia. adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º/01/2024.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>	
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de <i>leaseback</i> e Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024
Alterações ao CPC 03 / CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7		01/01/2024

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Cia. ou sobre as divulgações nestas DFs. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 Apresentação e divulgação das DFs	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/CPC 26 – Apresentação das DFs	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública:	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas DFs.	01/01/2027
Divulgações IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio	Estabelece critérios para a contabilização e conversão de transações em moeda estrangeira, determinando como avaliar diferenças cambiais e como apresentar DFs consolidadas quando há operações em moedas diferentes.	01/01/2027
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Trata da classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros. Inclui também regras para provisão por perda esperada e requisitos de hedge accounting.	01/01/2027
IFRS 7 – Divulgações sobre Instrumentos Financeiros	Exige a divulgação de informações sobre a relevância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e financeira da Entidade, além de informações qualitativas e quantitativas sobre riscos associados.	01/01/2027

Atualmente, a administração está conduzindo uma análise detalhada dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas, incluindo a IFRS 18. Diferentemente de outras normas, a IFRS 18 traz mudanças significativas na apresentação das DFs, com impactos relevantes para todas as empresas, no entanto sem alterações do resultado da Cia. Com base nas análises preliminares realizadas até o momento, a administração não espera que os impactos da adoção das demais normas e interpretações novas e revisadas, emitidas e ainda não aplicáveis, sejam relevantes para as DFs da Cia.

**Diretor Vice Presidente de Operações: Sergio Luiz Gonçalves Andreoli;**  
**Diretor Vice Presidente de Finanças: André Francesco Antonio Pastura;**  
**Contadora: Marina Pereira Rodrigues da Silva - CRC/RJ-124584/0-8**

### Relatório do auditor independente sobre as DFs individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar **Opinião:** Examinamos as DFs individuais da Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as DFs consolidadas da Cia. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. e da Cia. e sua controlada em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos, com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das DFs individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Porque é um PAA: Reconhecimento de receita (Notas 23 e 31.15)

A principal fonte de receita do Consolidado advém da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, composta basicamente pela bilheteria de seus parques, especialmente o Teleférico do Bondeiro do Pão de Açúcar. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual, o que requer a manutenção de um sistema adequado de captura das vendas. Tendo em vista o alto volume das transações e a complexidade relacionada à captura das vendas em sistema, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas DFs individuais e consolidadas:** A administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e sua controlada, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas como base para formar uma opinião sobre as DFs da Cia. • Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das DFs do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 7/03/2025. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-5; Caren Henriette Macochin - Contadora - CRC 1PR038429/O-3 "T" SC.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes identificados pela administração da Cia. e da sua controlada para monitoramento e apuração dos serviços prestados, bem como do ambiente de tecnologia que suporta a estrutura de controles internos das sua controlada. Em base amostral, verificamos os bilhetes emitidos ao longo do exercício, respectivas emissões de notas fiscais e liquidações financeiras. Obtivemos os relatórios analíticos dos bilhetes emitidos ao final do exercício de 2024 e início de 2025 e testamos, em base amostral, o reconhecimento da receita no período correto de competência. Adicionalmente, avaliamos a divulgação destes assuntos nas notas explicativas às DFs. Os resultados desses procedimentos nos proporcionam evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o reconhecimento dessas receitas no contexto das DFs individuais e consolidadas.



As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21)

99122-4278

publicidade@diariodoacionista.com.br

## ITER Participações S.A. CNPJ 43.697.470/0001-69

**Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2024 e 2023 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**Relatório da Administração:** Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório das principais atividades no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil, acrescidas da demonstração do valor adicionado - DVA. **Mensagem da Administração:** Somos apaixonados pelo mundo e acreditamos que o turismo é muito mais do que simplesmente visitar lugares. É uma descoberta e é esse espírito de desbravamento que move o Grupo Iter. Somos uma holding genuinamente brasileira, fundada em 2022, com marcas consolidadas em nosso portfólio, como o Parque Bondinho Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, e o Parque do Caracol, em Canela/RS. Em cada uma de nossas marcas, buscamos oferecer experiências inesquecíveis. É assim que queremos transformar o turismo brasileiro. Para que isso aconteça, nós nos dedicamos a inovar, colaborar e lutar por uma operação cada vez mais eficiente. **Marcas do Grupo:** O Grupo é composto pelas seguintes marcas: - Parque Bondinho Pão de Açúcar: através de um dos mais icônicos sistemas teleféricos do mundo, transporta pessoas para um mundo de encantamento, lazer e entretenimento, gerando experiências sustentáveis inesquecíveis e, principalmente, felizes - Parque do Caracol: um presente da Serra Gaúcha, um local de turismo sustentável, com cachoeiras, trilhas e diversas atividades localizado no município de Canela - RS. - Parque Estadual do Tainhas: unidade de Conservação situada no Sul do país, entre os municípios de Jaurina, São Francisco de Paula e Camará do Sul, uma região de natureza rústica e intocada. - C2Rio: uma das maiores operadoras de turismo receptivo do Rio de Janeiro, com tours e experiências únicas em português, inglês e espanhol, para brasileiros e estrangeiros de todas as idades. **Sustentabilidade:** As responsabilidades ambientais, sociais e de governança estão presentes nas nossas ações. Refletindo esse compromisso, somos uma das empresas signatárias do Pacto Global das Nações Unidas no Brasil. Investimos em projetos de reflorestamento e conservação das áreas verdes, neutralização de gases de efeito estufa, educação ambiental e gestão de resíduos em nossas operações. **Comentários de Desempenho consolidado relativos ao ano de 2024:** A Companhia apresentou em 2023 um lucro líquido de R\$ 93.575 mil, um aumento de 9% em comparação ao resultado de 2023. Esse aumento é devido principalmente ao incremento no número de visitantes no Parque Bondinho Pão de Açúcar. A Diretoria.

Balancos patrimoniais		Nota		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
Circulante	Caixa e equivalentes de caixa	6	10.419	21.617	242.851	250.928	
	Aplicações financeiras	7	-	-	5.245	3.089	
	Contas a receber	8	-	-	22.626	20.185	
	Estoques		-	-	1.549	1.392	
	Despesas Antecipadas	9	607	374	1.896	1.635	
	Tributos a recuperar	10	1.659	1.653	5.761	5.680	
	Adiantamento a fornecedores	11	747	350	4.496	5.422	
	Instrumentos financeiros derivativos		-	-	5.445	4.032	
	Partes Relacionadas - Ativo	13	35.913	-	-	-	
	Outros ativos circulantes		195	2.010	287	666	
			<b>49.540</b>	<b>26.004</b>	<b>290.156</b>	<b>293.029</b>	
	Não Circulante						
	Realizável a LP						
	IR/CSLL Diferidos - Ativo	12	-	-	21.934	1.826	
	Tributos a recuperar	10	871	999	5.031	4.085	
	Despesas Antecipadas	9	-	-	13.867	14.383	
	Partes Relacionadas - Ativo	13	225.262	7.905	-	-	
	Depósitos judiciais		-	-	1.799	1.413	
	Outros Ativos		1.825	-	1.861	-	
	Aplicações financeiras	7	268	266	2.568	4.246	
	Investimentos	4	190.110	269.150	-	-	
	Ativo de Direito de Uso	14	2.028	3.320	2.839	3.956	
	Imobilizado	16	12.063	8.478	135.433	123.947	
	Intangível	15	5.284	461	155.803	151.835	
	Comodato		-	-	-	36	
			<b>437.711</b>	<b>290.579</b>	<b>341.135</b>	<b>305.367</b>	
			<b>487.251</b>	<b>316.582</b>	<b>631.292</b>	<b>598.396</b>	

Total do ativo		Nota		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
	<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>						
	<b>Circulante</b>						
	Fornecedores	17	1.654	1.023	9.745	7.108	
	Salários e férias a pagar	23	7.685	5.774	13.159	11.668	
	Tributos a recolher	18	1.398	2.434	4.349	6.869	
	Empréstimos e Financiamentos	19	2.397	1.495	24.241	9.312	
	Debêntures/Nota comercial	20	107	-	6.374	27.426	
	Passivo de arrendamento	14	1.119	1.289	1.639	1.608	
	Dividendos e participações	25	10.550	10.000	19.727	10.000	
	Receita Diferida	21	-	-	2.340	275	
	Partes Relacionadas - Passivo		5.428	-	-	-	
	Outros passivos circulantes		118	283	2.257	3.557	
			<b>30.456</b>	<b>22.298</b>	<b>83.831</b>	<b>77.823</b>	

Total do passivo		Nota		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
	<b>Patrimônio líquido</b>						
	Capital social	24	137.206	137.206	137.206	137.206	
	Reserva de capital		60.595	68.148	60.595	68.148	
	Reserva legal		3.270	3.270	3.270	3.270	
	Reserva de Lucros		46.934	63.450	46.934	63.450	
	Reserva de contingência		983	983	983	983	
	Outros Resultados Abrangentes		(300)	-	(300)	-	
	Dividendos Adicionais Propostos		-	416	-	416	
			<b>248.688</b>	<b>273.473</b>	<b>248.688</b>	<b>273.473</b>	

Total do patrimônio líquido		Nota		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>						
			<b>487.252</b>	<b>316.583</b>	<b>631.292</b>	<b>598.396</b>	

Demonstrações dos resultados		Nota		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
	Receita operacional líquida	26	-	-	264.940	240.812	
	Custo dos serviços prestados	27	-	-	(57.752)	(51.025)	
	<b>Lucro bruto</b>				<b>207.188</b>	<b>189.787</b>	
	Despesas com vendas	29	(1.864)	(1.596)	(11.705)	(8.344)	
	Despesas gerais e administrativas	28	(24.658)	(27.188)	(101.462)	(88.365)	
	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		1.550	4	1.420	4.426	
	Resultado de equivalência patrimonial	4	122.019	110.326	-	-	
	<b>Lucro operacional</b>		<b>97.046</b>	<b>81.545</b>	<b>95.440</b>	<b>97.505</b>	
	Receitas financeiras		10.641	6.034	28.586	27.871	
	Despesas financeiras		(8.221)	(1.164)	(50.760)	(42.135)	
	<b>Resultado financeiro</b>		<b>2.420</b>	<b>4.870</b>	<b>(22.174)</b>	<b>(14.264)</b>	
	<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>99.467</b>	<b>86.415</b>	<b>73.265</b>	<b>83.241</b>	
	IR e C.S. corrente	31	1.212	-	201	(1.387)	
	IR e C.S. diferido	31	-	-	20.108	4.350	
	<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>100.679</b>	<b>86.416</b>	<b>93.575</b>	<b>86.204</b>	
	Atribuível aos acionistas da Cia.		-	-	100.679	86.416	
	Participação dos não controladores		-	-	(7.104)	(212)	
					<b>93.575</b>	<b>86.204</b>	

Demonstrações dos resultados abrangentes		Nota		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
	Lucro líquido do exercício		100.679	86.416	93.575	86.204	
	Outros resultados abrangentes		(300)	-	(300)	-	
	<b>Resultado abrangente total</b>		<b>100.379</b>	<b>86.416</b>	<b>93.275</b>	<b>86.204</b>	

### Notas explicativas da administração às DFs em 31 de dezembro de 2023

**1.1 Contexto operacional:** A Iter Participações S.A. (doravante denominada "ITER" ou "Cia."), sediada na Praia de Botafogo, nº 501, sala 702, Bl. I Botafogo, RJ, Brasil e constituída em 21/09/21, é uma S.A. de capital fechado. A Cia. tem por objetivo a participação em outras sociedades simples ou empresariais, como sócia, acionista ou quotista ou sob qualquer outra forma jurídica, podendo ainda representar sociedades nacionais ou estrangeiras. A ITER é controladora da Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar ("CCAPA"), que opera o Parque Bondinho Pão de Açúcar, e atua prestando serviços complementares de turismo, entretenimento e mídia através da subsidiária integral da CCAPA, Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos S.A. ("PATUR"). Além disso, a Cia. também possui controle da Iter Parques Participações Ltda. e Iter Parques Caracol Ltda. ("Iter Parques Caracol"), que, por meio de sua subsidiária integral Novo Caracol e Tainhas S.A. ("NCT"), detém a concessão e operação dos Parques Estaduais do Caracol e do Tainhas, fortalecendo sua atuação no setor de turismo e conservação ambiental. Adicionalmente, a Cia. controla as operações das entidades: Iter Administradora Ltda. ("Iter Adm"): responsável por atividades administrativas e operacionais do Grupo. A ITER possui o controle de 100% da Iter Adm. C2Rio Viagens e Turismo Ltda. ("C2Rio"): uma das maiores operadoras receptoras de turismo no RJ, especializada em serviços turísticos personalizados e de alta qualidade. A ITER possui o controle de 70% da C2Rio. Destinow Viagens e Turismo S.A. ("Destinow"): agência de viagens online que opera com uma plataforma própria e tecnologia exclusiva para reservas de viagens e pacotes turísticos. A ITER possui o controle de 90% da Destinow. Essa estrutura diversificada permite à ITER e suas controladas ("Grupo") expandir sua atuação nos setores de turismo e tecnologia, maximizando sinergias operacionais e fortalecendo sua posição de mercado. A ITER é controlada pela G3LC Holding Ltda., conforme demonstrado na nota nº 24. NCT, A NCT foi constituída em 11/10/22, com o objetivo exclusivo de executar e explorar a concessão de uso das áreas, atrativos e instalações dos Parques Estaduais do Caracol, localizado em Canela - RS, e do Tainhas, no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, conforme leilão promovido pelo Estado do Rio Grande do Sul em 11/08/22. Em julho de 2024, a Cia. adquiriu 100% do controle da NCT, consolidando sua posição como operadora dessas parques. A emissão dessas DFs foi autorizada pela administração da Cia. em 07/03/25. **1.2 Base de preparação:** As DFs foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das DFs, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As DFs foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de DFs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as DFs, estão divulgadas na Nota nº 2. **a) DFs individuais:** As DFs individuais da ITER (controladora) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as DFs consolidadas. **b) DFs consolidadas:** As DFs consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **1.3 Mudanças futuras nas políticas contábeis:** Alteração ao IAS 1/CPB 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identifica-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **Alteração ao IAS 8/CPB 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **Alteração ao IAS 12/CPB 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **1.4 Consolidação:** A Cia. consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 1.1 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das DFs consolidadas estão descritas na Nota 1.2 b). 1.5

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em 31 de dezembro Em MRS		Nota		Controladora		Consolidado		Participação dos não controladores		Total do patrimônio líquido	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
	<b>Saldos em 31/12/22</b>										
	Reserva Legal não constituída 2022		-	-	(2.039)	-	-	-	-	-	-
	Dividendos distribuídos 2022		-	-	-	(26.950)	-	-	(26.950)	(22.566)	(49.515)
	Dividendos antecipados 2023		-	-	-	-	-	-	(22.965)	(11.338)	(34.302)
	Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Aumento de Capital social		89.363	-	-	-	-	-	89.363	(16.209)	73.154
	Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	86.416	(212)	86.204
	Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Saldos em 31/12/23</b>		<b>137.206</b>	<b>68.148</b>	<b>3.270</b>	<b>983</b>	<b>63.867</b>	<b>0</b>	<b>-273.474</b>	<b>24.208</b>	<b>297.682</b>
	Dividendos distribuídos 2023		-	-	-	-	(63.867)	-	(63.867)	(32.748)	(96.615)
	Incorporação de Empresa		-	(4.890)	-	-	-	-	(4.890)	-	(4.890)
	Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	100.679	(7.104)	93.575
	Outras Movimentações		-	(2.663)	-	-	2.663	-	-	-	-
	Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	(300)	(300)	(300)
	Reserva Legal não constituída		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	(56.408)	(11.699)	(68.107)
	Retenção de lucros		-	-	-	-	44.271	(44.271)	-	-	-
	<b>Saldos em 31/12/24</b>		<b>137.206</b>	<b>60.595</b>	<b>3.270</b>	<b>983</b>	<b>46.934</b>	<b>0</b>	<b>(300)</b>	<b>248.688</b>	<b>(27.343)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das DFs.

Demonstração dos fluxos de caixa		Nota		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023

Fluxo de caixa das atividades operacionais		Nota		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
	Lucro (prejuízo) do exercício		100.679	86.416	93.575	86.204	
	Ajustes por: Depreciação e amortização		2.725	1.196	14.839	13.955	
	Equivalência Patrimonial em Controladas (Ganhos)/perdas com valor justo de instrumentos financeiros derivativos		(122.019)	(110.326)	-	-	
	Arrendamentos		(300)	-	(1.713)	-	
	Juros arrendamentos		(1.670)	(981)	(1.212)	(1.893)	
	Amortização de custo de transação de debêntures		202	-	281	-	
	Ajuste marcação a mercado		-	-	-	1.302	
	Provisão de encargos acessórios		-	-	-	874	
	Imposto Diferido		-	-	-	(20.108)	(4.350)
	Baixa de ativos imobilizado/intangível/Direito de uso		(				

**ITER Participações S.A.** CNPJ 43.697.470/0001-69

*Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2024 e 2023 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

internas do quociente do balanço patrimonial e planos de investimento. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a tesouraria do Grupo, que investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e TVM, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Os valores apresentados abaixo são brutos sem descontos e incluem projeções de juros. A tabela abaixo apresenta os principais passivos financeiros em 31/12/24 e 2023:

	Consolidado 2024			
	A vencer	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	9.745	-	-	9.745
Empréstimos e Financiamentos	-	24.241	56.770	81.011
Debêntures/Nota comercial	-	6.374	241.538	247.912
	<b>9.745</b>	<b>30.614</b>	<b>298.309</b>	<b>338.667</b>

	Consolidado 2023			
	A vencer	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	7.106	-	-	7.106
Empréstimos e Financiamentos	-	9.312	29.319	38.631
Debêntures/Nota comercial	-	27.426	174.604	202.030
	<b>7.106</b>	<b>36.738</b>	<b>203.923</b>	<b>247.767</b>

	Controladora 2024			
	A vencer	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	1.654	-	-	1.654
Empréstimos e Financiamentos	-	2.397	3.934	6.331
Debêntures/Nota comercial	-	107	198.299	198.406
	<b>1.654</b>	<b>2.504</b>	<b>202.233</b>	<b>206.391</b>

	Controladora 2023			
	A vencer	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	1.023	-	-	1.023
Empréstimos e Financiamentos	-	1.495	5.760	7.256
Debêntures/Nota comercial	-	-	-	-
	<b>1.023</b>	<b>1.495</b>	<b>5.760</b>	<b>8.278</b>

**3.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Cia. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Cia. monitora o capital com base na disponibilidade de caixa e dependendo das necessidades de caixa para dar continuidade do programa de investimentos e manutenção das suas operações, e pode se utilizar de novas linhas de financiamento de acordo com as políticas e aprovação do Conselho de Administração. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. As tabelas abaixo apresentam os principais índices financeiros do Grupo, que atendem, em 31.12.2024, integralmente aos atuais *covenants* contratuais das linhas de financiamento da ITER e suas controladas:

	Consolidado 2024
Caixa	251
Caixa e equivalentes de caixa	248
Aplicações financeiras	3
<b>Dívida Bruta</b>	<b>365</b>
Empréstimos e financiamentos - CP	24
Instrumentos financeiros derivativos	(5)
Endividamentos - CP	6

**4 Investimentos: a) Participação societária nos investimentos**

Nome	País	Negócio	Relacionamentos	Participação direta nas ações ordinárias %	Participação indireta nas ações ordinárias %
Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar	Brasil	Serviços de turismo	Controlada	100	-
Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos Ltda.	Brasil	Serviços complementares de entretenimento e mídia	Controlada	-	100
ITER Administradora Ltda.	Brasil	Holding	Controlada	100	-
ITER Parques Participações Ltda.	Brasil	Holding	Controlada	100	-
ITER Parques Caracol Ltda.	Brasil	Holding	Controlada	100	-
Novo Caracol e Tainhas S. A	Brasil	Serviços de turismo	Controlada	-	100
C2Rio Viagens e Turismo Ltda.	Brasil	Operador turístico e agência de viagens e turismo	Controlada	70	-
Destinow Viagens e Turismo Ltda.	Brasil	Marketplace de experiências turísticas	Controlada	90	-

**b) Movimentação dos investimentos**

	Controladora 2024	Controladora 2023
Em 1º de Janeiro	269.150	121.728
Resultado da Equivalência Patrimonial	122.019	110.326
Compra participação da C2Rio	(66)	-
Incorporação grupo TAH na C2Rio	1.816	-
Baixa investimento- TAH	1.061	-
Recebimento de dividendos antecipados - CCAPA	(229.727)	-
Aporte de capital- Iter Parques	18.450	-
Aporte capital - ITER Participações	-	10
Aporte capital - ITER Administradora	600	2.031
Aporte capital- Destinow	2.791	-
Aporte capital- C2Rio	18	-
Aquisição ações minoritárias controlada CCAPA	-	40.550
Recebimento de dividendos adicionais - CCAPA	(360)	(5.495)
Ágio na aquisição da C2Rio	4.359	-
Em 31 de Dezembro	<b>190.110</b>	<b>269.149</b>

**c) Movimentação da perda de investimentos**

	Controladora 2024	Controladora 2023
Em 1º de Janeiro	-	-
Perda de Investimento C2RÍO	(2.673)	-
Em 31 de Dezembro	<b>(2.673)</b>	<b>0</b>

**5 Instrumentos financeiros por categoria**

Ativos financeiros	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativos ao custo amortizado e valor justo	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	10.419	21.617	242.851	250.928
Aplicações financeiras	268	266	7.813	7.335
Contas a receber de clientes	-	-	22.626	20.185
Outros créditos	195	2.010	287	666
	<b>10.882</b>	<b>23.893</b>	<b>273.578</b>	<b>279.113</b>

**Passivos financeiros**

Passivos ao custo amortizado e valor justo	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fornecedores	1.654	1.023	9.745	7.108
Empréstimos	6.331	7.256	81.011	38.631
Debêntures/ Nota comercial	198.406	247.912	202.030	202.030
Outras contas a pagar	118	283	2.257	3.741
Derivativos ao valor justo	-	-	(5.445)	(4.032)
Passivos de arrendamento	2.230	3.698	3.085	4.017
	<b>208.739</b>	<b>12.260</b>	<b>338.565</b>	<b>251.495</b>

**6 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa e bancos	32	18	371	1.377
Aplicações Financeiras	10.387	21.599	242.480	249.551
	<b>10.419</b>	<b>21.617</b>	<b>242.851</b>	<b>250.928</b>

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a produtos bancários de baixo risco e com liquidez diária, todas no segmento de renda fixa, em bancos de primeira linha, e remuneradas a taxas de mercado (Controladora 103,7% CDI, controladas: CCAPA 101,9% CDI, Patur 99,5% CDI e NCT 97,2% CDI) **7 Aplicação Financeira restrita:** Existem aplicações financeiras restritas no grupo, distribuídas na controlada NCT que possui um montante em aplicação financeira registrada no ativo circulante curto prazo no montante de R\$ 5.245 (R\$ 3.089 em 2023) que será utilizado para cumprimento de obrigações de encargos acessórios determinadas no contrato de concessão dos Parques Caracol e Tainhas. E uma aplicação financeira registrada no ativo não circulante de R\$ 268 e R\$ 2.568 no consolidado, sendo o maior montante de R\$ 2.095, da controlada Patur.

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Aplicações financeiras - CP	-	-	5.245	3.089
Aplicações financeiras	268	266	2.568	4.246
	<b>268</b>	<b>266</b>	<b>7.813</b>	<b>7.335</b>

**8 Contas a receber**

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Clientes	-	-	11.203	10.503
Administradoras de cartão de crédito	-	-	12.034	12.226
Perdas estimadas	-	-	(611)	(2.544)
	-	-	<b>22.626</b>	<b>20.185</b>

O saldo de contas a receber de clientes, segregado por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
A vencer	-	-	19.380	23.793
Vencidos: Até 30 dias	-	-	2.073	355
Entre 31 e 60 dias	-	-	20	154
Entre 61 e 180 dias	-	-	121	127
Acima de 181 dias	-	-	1.434	3.634
Total (desconsiderando perdas estimadas)	-	-	<b>23.238</b>	<b>28.063</b>

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

**9 Despesas Antecipadas**

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Prêmio de seguros	341	89	919	576
Prestação de serviços - concessão a)	-	-	14.383	14.988
Outras despesas antecipadas	266	285	462	544
	<b>607</b>	<b>374</b>	<b>15.763</b>	<b>16.018</b>
Circulante	607	374	1.896	1.635
Não Circulante	-	-	(13.867)	(14.383)
	<b>607</b>	<b>374</b>	<b>15.763</b>	<b>16.018</b>

a) Valores pagos a prestadores de serviço em decorrência do contrato de concessão dos Parques Caracol e Tainhas que serão apropriados pela sua vigência (30 anos).

**10 Tributos a recuperar**

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
IRPJ a compensar	1.539	1.539	5.103	4.239
CSLL a compensar	114	114	519	746
Contribuições ao INSS retido na fonte	-	-	-	79
Contribuições sociais retidas na fonte	-	-	48	37
IR retido na fonte	-	-	13	105
IR s/ aplicação financeira	871	999	5.031	4.085
IRPJ antecipação anos anteriores	-	-	-	405
ISS s/Receita de Patrocinio	-	-	23	13

Empréstimos e financiamentos - LP 57  
Endividamentos - LP 242  
Participações a Pagar - CP 20  
Participações a Pagar - LP 18  
Passivo de Arrendamento - CP 2  
Passivo de Arrendamento - LP 1  
Dívida Líquida 114  
Ebitda LTM 109  
Alavancagem 1  
Covenants 2,50

• Os números do quadro acima estão em R\$ milhões. **3.3 Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado tais como o aumento das taxas de juros e da inflação. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). Este é o caso dos títulos patrimoniais não cotados. A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro.

	Controladora 2024				Controladora 2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
<b>Ativo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	-	10.419	-	10.419	-	21.617	-	21.617
Aplicações financeiras	-	268	-	268	-	266	-	266
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos com Partes Relacionadas	261.175	-	-	261.175	7.905	-	-	7.905
<b>Total Ativo</b>	<b>271.862</b>	<b>271.862</b>	<b>-</b>	<b>271.862</b>	<b>29.788</b>	<b>29.788</b>	<b>-</b>	<b>29.788</b>
<b>Passivo</b>								
Empréstimos e Financiamentos	6.331	-	-	6.331	7.256	-	-	7.256
Fornecedores	1.654	-	-	1.654	1.023	-	-	1.023
	<b>7.985</b>	<b>7.985</b>	<b>-</b>	<b>7.985</b>	<b>8.279</b>	<b>8.279</b>	<b>-</b>	<b>8.279</b>

	Consolidado 2024				Consolidado 2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
<b>Ativo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	242.851	-	-	242.851	250.928	-	-	250.928
Aplicações financeiras	7.813	-	-	7.813	7.335	-	-	7.335
Instrumentos financeiros derivativos	5.445	-	-	5.445	4.032	-	-	4.032
Contas a receber	22.626	-	-	22.626	20.185	-	-	20.185
Empréstimos com Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Ativo</b>	<b>278.735</b>	<b>278.735</b>	<b>-</b>	<b>278.735</b>	<b>282.480</b>	<b>282.480</b>	<b>-</b>	<b>282.480</b>
<b>Passivo</b>								
Empréstimos e Financiamentos	81.011	-	-	81.011	38.631	-	-	38.631
Fornecedores	9.745	-	-	9.745	7.108	-	-	7.108
	<b>90.755</b>	<b>90.755</b>	<b>-</b>	<b>90.755</b>	<b>45.739</b>	<b>45.739</b>	<b>-</b>	<b>45.739</b>

**11 Adiantamento a Fornecedores**

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
INSS a compensar	6	-	55	55
	<b>2.530</b>	<b>2.652</b>	<b>10.792</b>	<b>9.765</b>

Circulante 2.530 1.653 5.761 5.680  
Não circulante 871 999 5.031 4.085  
A Cia. adota como prática regular a revisão dos impostos e contribuições incidentes sobre suas operações, com o objetivo de garantir a conformidade com a legislação tributária vigente. Essa prática busca assegurar que os pagamentos sejam efetuados corretamente, evitando tanto eventuais inconsistências quanto recolhimentos desnecessários, promovendo assim uma gestão tributária eficiente e alinhada aos interesses do negócio.

**12 Tributos Diferidos**

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
IR e C.S. diferidos - Ativo (CCAPA)	-	-	1.010	1.826
IR e C.S. diferidos - Ativo (NCT) (I)	-	-	20.924	-
IR e C.S. diferidos - Passivo	(2.092)	(2.092)	(2.092)	(2.092)
	<b>(2.092)</b>	<b>(2.092)</b>	<b>19.842</b>	<b>(266)</b>

A Cia. controla o IR e a C.S. diferidos, oriundos de diferenças temporárias tributáveis, em conformidade com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. (I) No exercício de 2024, a

**13 Partes relacionadas/Arrendamentos: (I) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativos de direito de uso Edificações	2.028	3.320	2.028	3.320
Máquinas e equipamentos	-	-	811	275
	<b>2.028</b>	<b>3.320</b>	<b>2.839</b>	<b>3.595</b>



## ITER Participações S.A. CNPJ 43.697.470/0001-69

**Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2024 e 2023 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/24
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de leaseback	01/01/24
Alterações ao CPC 03 / CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/24

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e

mentos, não produzindo, dessa forma, efeitos nas DFs ora apresentadas. b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). 33.17 **Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas DFs e notas foram arredondados com a aproximação de MR\$, salvo indicação contrária. 34. **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). No exercício corrente, a Cia. adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º/01/24.

**Diretor Vice Presidente de Operações: Sérgio Luiz Gonçalves Andreoli; Diretor Vice Presidente de Finanças: André Francesco Antonio Pastura; Contadora: Marina Pereira Rodrigues da Silva - CRC/RJ-124584/O-8**

**Relatório do auditor independente:** Aos Administradores e Acionistas Iter Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as DFs individuais da Iter Participações S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/24 e as respectivas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as DFs consolidadas da Cia. e suas controladas ( "Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/24 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. e da Cia. e suas controladas em 31/12/24, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das DFs individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:**

**Reconhecimento de receita (Notas 26 e 33.16)**  
A principal fonte de receita da Cia. e suas controladas advém da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, composta basicamente pela bilheteria de seus parques, especialmente o Teleférico do Bondinho do Pão de Açúcar. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual, o que requer a manutenção de um sistema adequado de captura das vendas. Tendo em vista o alto volume das transações e a complexidade relacionada à captura das vendas em sistema, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

**Tributo diferido - IRPJ e CSLL (Notas 12 e 33.14)**  
Em 31/12/24, a controlada Novo Caracol e Tainhas S.A. possui ativo fiscal diferido no montante de R\$ 20.924 mil decorrente de prejuízo fiscal. O ativo fiscal diferido foi mensurado considerando as projeções financeiras de lucro tributável futuro e considerando diferentes cenários de mercado e perspectiva de crescimento, que envolve julgamentos significativos por parte da Administração. Por esses motivos e pela magnitude dos valores apresentados, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas DFs individuais e consolidadas:** A Administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados em circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas como base para formar uma opinião sobre as DFs da Cia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das DFs do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 7/03/25. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP00160/F-5; Caren Henriete Macchin - Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

**Manhã** ☁ **Tarde** ☁ **Noite** ☁ **25°** **22°** **95%** **06:00** **17:55** **OUTONO:** Chuvoso de dia e à noite.

**Rio de Janeiro**

### FOLIA

# Castro sanciona lei que cria mais uma política de fomento ao carnaval

O Carnaval do Rio de Janeiro ganhará mais uma política de fomento pelo Governo do Estado. Para ampliar o conjunto de ações já voltadas para a folia em todo o território fluminense, o governador Cláudio Castro sancionou a Lei 10.730/2025, publicada nesta sexta-feira, que prevê o Programa de Incentivo aos Blocos de Carnaval de Rua. O texto, que ainda será regulamentado, tem como objetivo a criação de um edital de concorrência pública para apoio aos blocos.

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Cultura e

Economia Criativa (SECEC-RJ), tem apoiado os festejos com investimentos recordes, estimulando a produção cultural em todas as regiões fluminenses. Somente neste ano, o apoio financeiro para o Carnaval fluminense ultrapassou R\$ 90 milhões, destinados não apenas às agremiações, mas também para a promoção de eventos em 46 cidades fluminenses de Norte a Sul do estado.

“O Carnaval vai muito além de uma festa: simboliza a tradição do nosso povo e contribui ainda para o fomento do turismo e da economia fluminense. Fizemos, este ano, um investi-

mento recorde, e esta lei se soma às inúmeras iniciativas que a nossa gestão tem implementado para o setor”, destacou o governador Cláudio Castro.

De acordo com a nova lei, o Programa de Incentivo aos Blocos de Carnaval de Rua deverá promover a capacitação de músicos, professores de dança, coletivos de dança, DJs e produtores de eventos, por meio de cursos, oficinas e demais ações educativas. Deverá também estimular a realização de feiras e exposições que visem à produção e exibição de projetos realizados em prol dos blocos, entre outras ações.

O edital ficará a cargo da SESEC-RJ, que deverá publicá-lo anualmente no Diário Oficial. Para participar do edital, cada bloco deverá se inscrever individualmente, informando nome do grupo, nomes de três responsáveis, local de concentração, percurso, local de dispersão, número de apresentações, datas, horários, número estimado de foliões e eventuais demandas especiais. Os blocos precisarão de autorização especial caso utilizem equipamentos de som, trios elétricos, alegorias e assemelhados com mais de três metros de altura.

### ZONA OESTE

# Ataque a tiros em bar deixa 3 mortos e suboficial ferido

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Um ataque a tiros em um bar deixou três pessoas mortas e um suboficial da Marinha ferido, na noite de quinta-feira passada, no Jardim Sulacap, na zona oeste do Rio de Janeiro. O grupo assistia a um jogo do Flamengo pela Copa Libertadores da América, quando um carro preto parou em frente ao bar e os ocupantes fizeram os disparos. A Polícia Civil investiga a autoria e motivação do crime. À Polícia Militar, testemunhas relataram terem ouvido um grande número de disparos. Os tiros teriam sido feitos pelos ocupantes de um automóvel Toyota Corolla preto. Os atiradores fugiram em seguida.

Policiais do 14º Batalhão da PM isolaram a área. O Corpo de Bombeiros chegou ao local e

confirmou que quatro pessoas tinham sido atingidas pelos disparos, mas apenas uma sobreviveu.

A vítima, identificada como um suboficial da Marinha, de 59 anos, foi levada para o Hospital Municipal Albert Schweitzer, em Realengo. No início da tarde desta sexta-feira, seu estado era considerado grave.

Em nota, a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) informou que a Delegacia de Homicídios da Capital (DHC) foi acionada e investiga as mortes de Luiz Cláudio Soares Sampa, de 61 anos, Luis Philippe Pires, de 25, e Jadir Barbosa Tavares Júnior, de 33.

"A perícia foi realizada no local e diligências estão em andamento para apurar a autoria e a motivação do crime", diz a pasta.

### CLIMA

# RJ integra ações com municípios para planejamento e prevenção às chuvas

O Governo do Estado reforça as ações de planejamento e prevenção com os 92 municípios para as fortes chuvas previstas para este fim de semana. Segundo o boletim meteorológico da Defesa Civil Estadual, as temperaturas devem cair a partir desta sexta-feira no Rio de Janeiro, com a previsão de altos acumulados de chuvas em todo o estado, principalmente nas regiões Serrana e na Costa Verde.

Na quinta-feira passada, foram realizadas reuniões com o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), com troca de informações atualizadas. Todos os municípios já foram alertados sobre a possibilidade de chuva intensa e receberam informes meteorológicos com orientações específicas.

“Estamos com a previsão de fortes chuvas para as próximas 48 horas em todo o estado. Peço que fiquem atentos aos avisos do CE-

MADEN-RJ (Centro Estadual de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais) e, em caso de chuva forte, evitem sair de casa. A recomendação para emergências é procurar o Corpo de Bombeiros e as Defesas Cívicas Estadual e Municipais, para que possam garantir a sua segurança nesse período. Estamos atentos e trabalhando para que tudo corra bem no nosso Rio de Janeiro”, afirmou o governador Cláudio Castro.

### ÁREAS DE ATENÇÃO

As regiões com maior risco para o período são a região Serrana, a Costa Verde e o Sul Fluminense – áreas que concentram a maior suscetibilidade para deslizamentos, inundações, enxurradas e alagamentos. As regionais da Defesa Civil Estadual já estão em contato com os prefeitos de Petrópolis e de Angra dos Reis, com também com os quartéis locais, que foram reforçados. Os Grupos de Respos-

tas a Desastres (GRDs) seguem prontos. Por meio do CEMADEN-RJ é realizado o monitoramento ininterrupto das condições climáticas, com emissão de alertas preventivos. O Sistema de Alerta e Alarme do Estado conta com 202 sirenes e 70 pluviômetros instalados em áreas de risco. A população pode se cadastrar gratuitamente para receber mensagens de SMS com alertas pelo número 40199.

O Corpo de Bombeiros também está preparado para atender possíveis ocorrências com viaturas de salvamento e resgate, em barcações, aeronaves, drones e equipes especializadas. Em caso de necessidade, todas as unidades escolares da rede estadual poderão funcionar como pontos de apoio à população.

### LOGÍSTICA

A Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

mantém a logística de insumos, com cestas básicas, kits de higiene e limpeza, água e colchonetes. Equipes e caminhões já foram mobilizados para atender nas regiões Serrana, Noroeste Fluminense, além de Angra dos Reis.

A Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas disponibiliza maquinário pesado, como retroescavadeiras e caminhões, para desobstrução de vias e auxílio emergencial. O programa Limpa Rio, da Secretaria do Ambiente, que atua preventivamente em rios, canais e lagoas, já removeu mais de 8,5 milhões de metros cúbicos de resíduos em todo o estado.

### CONTINGÊNCIAS

O Plano de Contingência para Chuvas de 2025 traz o investimento de R\$ 8 bilhões em obras e projetos para enfrentar os desafios provocados pelas mudanças climáticas, envolvendo secretarias e órgãos estaduais.

### VIOLÊNCIA

# Debate na OAB avalia avanços em aprovação da ADPF das Favelas

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

A Comissão de Segurança Pública da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio de Janeiro organizou nesta sexta-feira um debate sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, conhecida como a ADPF das Favelas. Os participantes do encontro comemoraram a aprovação do texto pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas criticaram a retirada de alguns pontos do processo inicial. O STF definiu na quinta-feira medidas para combater a letalidade poli-

cial durante operações da Polícia Militar contra o crime organizado nas comunidades do Rio de Janeiro.

Daniel Sarmiento, advogado que entrou com a ação da ADPF 635 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 2019, entende que as medidas aprovadas pelo STF têm potencial de ser replicadas em outras partes do país e não ficar restritas ao Rio de Janeiro. Ele destacou a obrigatoriedade do uso de câmeras nas fardas de policiais e o controle externo do Ministério Público em operações policiais.



# SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 29.554.549/0001-00

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://diariodocioacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2025/>

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro - (em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado			
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		184	157	Fornecedores	11	6.585	6.677
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	21.714	50.043	Financiamento	12	25.174	20.506
Concessionárias e permissionárias	9	11.601	10.957	Debêntures	12	4.381	2.916
Ativo de contrato	10	109.970	105.740	Salários e encargos a pagar		791	604
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		5.451	7.322	Outros impostos e contribuições a recolher		1.429	2.627
Outros impostos e contribuições a recuperar		57	209	Pis e Cofins diferidos	13	9.700	9.326
Despesa antecipada	12 (c)	3.067	-	Dividendos	21 (c)	7.714	6.314
Outros ativos		2.402	8.065	Encargos setoriais		1.658	1.214
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>154.447</b>	<b>182.493</b>	Contas a pagar		-	8.099
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	22.341	20.610	Outros passivos		5.210	11.094
Ativo de contrato	10	1.396.627	1.375.259	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>62.642</b>	<b>69.377</b>
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>1.418.968</b>	<b>1.395.869</b>	Financiamento	12	793.730	750.986
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.418.968</b>	<b>1.395.869</b>	Debêntures	12	132.545	129.220
<b>Total do ativo</b>		<b>1.573.415</b>	<b>1.578.362</b>	Pis e Cofins diferidos	13	128.663	126.752
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	178.901	162.162
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.233.839</b>	<b>1.169.120</b>
				<b>Total dos passivos</b>		<b>1.296.481</b>	<b>1.238.497</b>
				Capital social	16 (a)	161.600	161.600
				Dividendo adicional proposto	16 (c)	23.143	17.698
				Reserva de lucros	16 (b)	92.191	160.567
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>276.934</b>	<b>339.865</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.573.415</b>	<b>1.578.362</b>

Demonstrações do resultado abrangente				Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		32.481	28.241	Fluxo de caixa das atividades operacionais		32.481	28.241
Outros resultados abrangentes		-	-	Lucro líquido do exercício		32.481	28.241
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<b>32.481</b>	<b>28.241</b>	Ajustes para:		-	-
				- Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	16.740	8.445
				- Imposto de renda e contribuição social correntes	20	-	1.172
				- Provisão para perda de crédito esperada	9	231	705
				- Pis e Cofins diferidos		2.284	(815)
				- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(9.339)	(15.604)
				- Juros, correção monetária e custo de transação s/ debêntures e financiamento	12	83.137	68.346
				- Efeito da revisão tarifária periódica	10	-	37.317
				- Ativo de contrato - remuneração	10	(131.337)	(130.821)
				<b>Variáveis em:</b>		<b>(5.803)</b>	<b>(3.014)</b>
				- Concessionárias e permissionárias		(875)	(523)
				- Ativo de contrato	10	105.739	101.483
				- Impostos e contribuições a recuperar		1.871	(3.990)
				- Outros impostos e contribuições a recuperar		152	123
				- Despesa antecipada		(3.067)	-
				- Outros ativos		5.663	(4.039)
				- Fornecedores		(92)	(2.697)
				- Salários e encargos a pagar		187	221
				- Outros impostos e contribuições a recolher		(640)	1.034
				- Encargos setoriais		444	424
				- Contas a pagar		(8.099)	(3.054)
				- Outros passivos		(5.884)	6.670
				<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>89.596</b>	<b>92.638</b>
				Impostos pagos sobre o lucro		(558)	(1.192)
				Debêntures - pagamento de juros	12	(8.391)	(8.066)
				Financiamentos - pagamento de juros	12	(5.030)	(3.656)
				<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>75.617</b>	<b>79.724</b>
				<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
				Títulos e valores mobiliários - aplicações		(189.399)	(126.414)
				Títulos e valores mobiliários - resgates		225.335	175.702
				<b>Caixa proveniente das atividades de investimento</b>		<b>35.936</b>	<b>49.288</b>
				<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
				Financiamentos - pagamento de principal	12	(14.996)	(14.052)
				Financiamentos - custo de transação	12	-	(11.423)
				Debêntures - pagamento de principal	12	(2.518)	(1.976)
				Pagamento de dividendos	21 (c)	(94.012)	(101.504)
				<b>Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento</b>		<b>(111.526)</b>	<b>(128.955)</b>
				<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>27</b>	<b>57</b>
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		157	100
				<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>		<b>184</b>	<b>157</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 Contexto operacional:** A Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de janeiro de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia é controlada pela Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. (Cielo Renováveis). **1.1 Contrato de concessão** - O contrato de concessão nº 02/2018 (Contrato) tem como objetivo a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, nos estados do Piauí e Ceará, compostas pela: (i) linha de transmissão Parnaíba III - Tianguá II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 111 km, com origem na Subestação Parnaíba III e término na Subestação Tianguá II; (ii) linha de transmissão Acaraú II - Acaraú III, em 230kV, circuito duplo, primeiro e segundo circuitos, com origem na Subestação Acaraú II e término na Subestação Acaraú III; (iii) Linha de Transmissão Ibiapina II - Tianguá II, em 230 kV, circuito duplo, primeiro e segundo circuitos, com origem na Subestação Ibiapina II e término na Subestação Tianguá II; (iv) Linha de Transmissão, em 230kV, Ibiapina II - Piripiri, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Ibiapina II e término na Subestação Piripiri; (v) linha de Transmissão Piripiri - Teresina III, em 230kV, circuitos simples, primeiro circuito; (vi) SE Parnaíba III, novos pátios 500/230-13,8kV (6+1R)2 x 200 MVA, 230/138kV 2 x 150 MVA; pela SE Acaraú III, novos pátios 500/230-13,8kV, (6+1R) x 250 MVA; (vii) Conexões de unidades de transformação; (viii) entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. São ainda de responsabilidade da transmissora: a implementação de dois trechos de Linha de Transmissão em 500 kV, circuitos simples, compreendido entre a Subestação Tianguá II e os pontos de seccionamento da Linha de Transmissão em 500kV Teresina II - Sobral III, segundo circuito, as entradas de linha correspondentes na Subestação Tianguá II, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Teresina II e Sobral III. Os equipamentos com as respectivas garantias de seus fornecedores e instalações descritas na Subcláusula anterior deverão ser transferidos sem ônus à concessionária de transmissão da linha seccionada, Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (STN), conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 67, de 8 de junho de 2004. Em 08 de novembro de 2021 a Companhia obteve o termo de liberação definitivo e entrou em operação comercial na sua totalidade, e passou a receber 100% da receita anual permitida. O Contrato foi assinado no dia 8 de março de 2018 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 8 de março de 2048. **1.2 Receita Anual Permitida (RAP)** - A Resolução Homologatória (RH) nº 3.348 de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R\$ 120.163 (RH nº 3.216, de 4 de julho de 2023 em conjunto com Despacho nº 4.675 de 5 de dezembro de 2023 estabeleceu a RAP em R\$ 115.290 para o ciclo de 2023-2024). Um aumento aproximado de 4,23%, decorrente principalmente do reajuste do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). **1.3 Revisão Tarifária Periódica** - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2023-2024 e as próximas revisões estão previstas para o ciclo 2028-2029, 2033-2034, 2038-2039, 2043-2044 e 2048-2049. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 1 de abril de 2025. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Políticas contábeis materiais:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras porque não são aplicáveis.

Norma	Vigência
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - Alterações ao CPC 26/IAS 1	
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior - Alterações ao CPC 06/IFRS 16	01/01/2024
Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **3.1 Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante** - Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento e das debêntures. **3.2 Instrumentos financeiros - (a) Classificação e mensuração** - Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos. Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: (i) **Custo amortizado** - Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (ii) **VJR** - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos

financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. (b) **Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros** - Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **3.3 Ativo de contrato** - Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: **i. Reconhecimento de receita de construção** - Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é de 35% e é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. **ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção** - Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão. **iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido** - Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 9% definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos fluxos de caixa descritos a seguir: **i.** Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. **ii.** Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **3.4 Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente	
Veja as Notas 6.3 e 10 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47") requer o exercício de estimativas e julgamentos significativos na determinação de mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeta ao longo do tempo. A administração, no momento da adoção inicial do CPC 47, usou estimativas e julgamentos significativos para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido nas premissas durante o reconhecimento inicial, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente; ii) a verificação se as premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato estão conforme as premissas consideradas na adoção do CPC 47; iii) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração e realização do ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.348/2024 e nº 3.216/2023, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); e iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas

Continuação



## SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 29.554.549/0001-00

referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso

relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025.

**KPMG** Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6-F-RJ

**Milena dos Santos Rosa**  
Contadora CRC RJ-100983/O-7

## País

### GRÃ-CRUZ

# Raoni recebe medalha de Lula e alerta sobre exploração de petróleo

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

Em uma visita histórica, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu nesta sexta-feira na Aldeia Piaçu, Terra Indígena Capoto-Jarina, no Mato Grosso, com o cacique Raoni Metuktire, do Povo Kaipapó, uma das mais importantes e reconhecidas lideranças indígenas do planeta. Na ocasião, o presidente condecorou Raoni, que tem 93 anos, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito, maior honraria do Estado brasileiro, em reconhecimento às realizações do líder indígena em favor dos povos originários e da proteção do meio ambiente.

"Raoni é uma liderança que inspira paz, sabedoria ancestral e profundo conhecimento sobre as necessidades da terra e a relação do homem com a natureza. Por isso mesmo, atrai atenção e apreço de tanta gente em todo mundo, anônimos, intelectuais, celebridades nacionais e internacionais", afirmou Lula.

O presidente se reuniu com Raoni e outros caciques indíge-

nas de diferentes etnias que também vivem no Parque Nacional do Xingu.

"Hoje é um dia de homenagem, mas também de escuta das demandas de vocês e encaminhamento das soluções. Somos um governo que respeita os povos indígenas, reconhece seus direitos e trabalha dia e noite, noite e dia, para que eles sejam assegurados", acrescentou o presidente.

Em seu discurso, cacique Raoni enalteceu o compromisso de Lula com os povos indígenas e pediu que o presidente trabalhe um sucessor que dê continuidade às políticas indigenistas do governo.

"Eu quero pedir para o senhor pensar no seu sucessor, que tem que ser o próximo presidente, para continuar sua forma de trabalho, e defender nossos indígenas e territórios", afirmou.

Raoni também aproveitou a oportunidade para criticar a possibilidade da exploração de petróleo na Margem Equatorial, região marítima do estado do Amapá a 550 quilômetros da Foz

do Rio Amazonas.

Como pajé, Raoni falou sobre advertência espiritual que tem recebido acerca dos riscos da exploração. A iniciativa na Marquem Equatorial é criticada por ambientalistas e indígenas, mas conta com autorizações preliminares do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em favor da Petrobras.

"Eu estou sabendo que lá na Foz do Rio Amazonas, o senhor está pensando no petróleo de baixo do fundo do mar. Eu penso que não (é adequado). Essas coisas, na forma como estão, garantem que a gente tenha o meio ambiente e a Terra com menos poluição e menos aquecimento. Se isso acontecer [exploração do petróleo], eu sou pajé também, eu já tive contato com espíritos que sabem do risco que a gente tem de continuar trabalhando dessa forma, de destruir, destruir e destruir, com consequências muito grandes que não conseguiremos parar", alertou.

Também presente ao evento na Aldeia Piaçu, a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, destacou que o atual governo assinou 13 decretos de terras indígenas e emitiu 11 novas portarias declaratórias, avançando em procedimentos de demarcação.

"Nós estamos fazendo um trabalho de fazer as pessoas entenderem o papel que os povos indígenas e seus territórios exercem para o Brasil e para o mundo. Por isso, a gente segue com a nossa bandeira de luta maior, que é a demarcação das terras indígenas", afirmou.

O convite para a visita ao território foi feito no mês passado, quando o presidente recebeu lideranças da região no Palácio da Alvorada.

O Parque Nacional Indígena do Xingu ocupa uma área de mais de 2,6 milhões de hectares, em uma zona de transição entre o Cerrado e a Amazônia, onde vivem mais de 5,5 mil indígenas de diferentes etnias e territórios: Yawalapiti, Aweti, Ikpeng, Kaibabi, Kalapalo, Kamaiurá, Kísédjê, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukuá, Naruvotu, Wauja, Tapyuna, Trumai e Yudja.

### DESVIO DE EMENDAS

# Zanin rejeita recurso e vota para manter deputados do PL réus

ADRIANA VICTORINO/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin votou, nesta sexta-feira, contra os recursos apresentados pelas defesas de três parlamentares do PL e manteve a decisão da Corte que recebeu a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR). Os deputados são acusados de desviar emendas parlamentares.

Os deputados federais Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA) e o suplente Bosco Costa (PL-SE) se tornaram réus após decisão tomada pela Primeira Turma do STF no início de março. As defesas negam as acusações.

Os ministros agora analisam, em sessão virtual, os embargos de declaração apresentados pelas defesas. O julgamento vai até a próxima sexta-feira.

Nos recursos, os advogados alegam que a Corte foi omissa. O argumento foi rejeitado por Zanin, que afirmou que "os embargantes, usando como justificativa o saneamento de supostas omissões, buscam apenas a rediscussão da maté-

ria, o que a jurisprudência do STF não admite".

Ao votar pelo recebimento da denúncia no último mês, Zanin havia destacado que há "consideráveis indícios de autoria e materialidade" que justificam a abertura da ação penal.

"Contra os três parlamentares há evidências produzidas ao longo da investigação criminal indicando que teriam atuado em concertação ilícita para solicitar ao prefeito José Eudes Sampaio Nunes o pagamento de vantagem indevida, o que caracteriza, em tese, o delito de corrupção passiva", afirmou o relator na época.

De acordo com a denúncia da PGR, os parlamentares exigiram propina de 25% sobre o valor de emendas destinadas ao município de São José de Ribamar (MA). O montante solicitado chegaria a R\$ 1,66 milhão, em troca da liberação de R\$ 6,67 milhões em recursos públicos. O ex-prefeito de São José de Ribamar, no Maranhão, José Eudes Sampaio Nunes, relatou ter sofrido cobranças e intimidações para viabilizar o repasse. As defesas dos acusados negam as acusações.

## Nota

### ÔNIBUS COM ESTUDANTES TOMBA EM RIBANCEIRA NO RS E DEIXA SETE MORTOS E MAIS DE 20 FERIDOS

Um ônibus que transportava estudantes e professores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) caiu em uma ribanceira, no final da manhã desta sexta-feira, no município de Imigrante, no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul. Ao menos sete pessoas morreram e mais de 20 ficaram feridas, segundo o Corpo de Bombeiros. O acidente aconteceu por volta de 11h15, no km 3,5 da rodovia RSC-453. De acordo com as primeiras informações, o veículo teria perdido o freio e saiu da pista, tombando na ribanceira. Segundo a universidade, 35 pessoas estavam a bordo do coletivo. O grupo de estudantes e docentes do Curso de Paisagismo do Colégio Politécnico da seguia para uma visita técnica ao viveiro de plantas Cactário Horst, no município de Imigrante.

### SÃO PAULO

# Juíza condena 'rei dos fiscais' e mulher por enriquecimento ilícito

RAYSSA MOTTA  
E FAUSTO MACEDO/AE

A Justiça de São Paulo condenou o ex-auditor fiscal José Rodrigo de Freitas, o "rei dos fiscais", por enriquecimento ilícito. Ele foi acusado de comandar a "Máfia do ISS", esquema de corrupção e propinas em troca da emissão de certificados ISS e "habite-se". Como a decisão foi tomada na primeira instância, é possível recorrer.

No processo, o ex-auditor alegou que todo o seu patrimônio foi devidamente declarado à Receita Federal e que o enriquecimento tem lastro em rendimentos regulares.

Com a condenação, foi decretada a perda do cargo público e a devolução do patrimônio obtido ilegalmente. O total ainda será calculado no processo, mas gira em torno de R\$ 8,9 milhões. Também foi imposta uma multa no mesmo valor.

A juíza Luíza Barros Rozas Verothi, da 13ª Vara da Fazenda Pública, afirma na sentença que "não há outra conclusão senão a de que o réu agiu de forma dolosa e premeditada, sem qualquer margem para dúvida sobre a inconstitucionalidade e ilegalidade das condu-

tas praticadas, todas marcadas pelo dolo e desrespeito à probidade no exercício da função pública".

"O requerido José Rodrigo de Freitas era detentor de cargo efetivo e agiu de forma consciente e voluntária, com nítido propósito de apropriar-se de valores dos cofres municipais, afastando-se por completo do interesse público, tendo praticado atos ímprobos durante vários anos consecutivos", escreveu a juíza.

A ação de improbidade é movida pelo promotor de Justiça Silvio Antônio Marques, que integra os quadros da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, braço do Ministério Público de São Paulo.

"Ao cobrar propina de contribuintes que dependiam de licenças e outros atos oficiais municipais e ainda por ter adquirido bens incompatíveis com seus rendimentos, obviamente ele violou o princípio da legalidade", diz um trecho da ação, protocolada em 2015.

O ex-auditor comprou 120 imóveis desde 1989. A Controladoria Geral do Município estima que seu patrimônio seja de R\$ 76 milhões. Segundo o Ministério Público, a evolução patrimonial é "absolutamente incompatível"

com os seus rendimentos e ultrapassa a soma de todos os salários que ele recebeu.

A mulher dele, Solange Regina Garcez Bispo de Freitas, também foi condenada. Eles são sócios na empresa Ypê Comunicação Administração e Participações Ltda, que segundo o Ministério Público foi usada para lavar de dinheiro de propina. Segundo a ação, Solange

se beneficiou de "atos criminosos e ímprobos".

"A demandada Solange, aliás, não poderia ignorar que seu marido estava envolvido no esquema de extorsão e de ladroagem de dinheiro público, pois ele não tinha rendas suficientes para adquirir tantos bens em tão pouco tempo", defendeu o Ministério Público ao dar entrada na ação.

#### PRO-OFTALMO MICRO CIRURGIA OCULAR S/C LTDA.

CNPJ: 97.515.480/0001-65

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores sócios da Pro-Oftalmo Microcirurgia Ocular S/C Ltda. ("Sociedade") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 11/04/2025, em sua sede, na Rua Álvaro Ramos 560, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22280-110, com início às 11 horas, em primeira convocação, havendo quórum, ou em segunda convocação, às 11:15 horas, com a presença de qualquer número de sócios, com a seguinte ordem do dia: 1. Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024; os documentos da administração requeridos por lei estão disponíveis para consulta na sede social. Os sócios podem nomear procuradores com poderes específicos para representá-los na Assembleia Geral, por meio de procuração, com firma reconhecida, contemplando poderes para votar em nome do sócio outorgante na Assembleia. O referido instrumento deverá ser apresentado na própria Assembleia. Rio de Janeiro, 20 de Março de 2025. Harald Emil Borna - Sócio Administrador

#### Smart RJ Concessionária de Iluminação Pública SPE S.A.

CNPJ/MF nº 36.125.692/0001-41 - NIRE 33.300.333.444

#### Anúncio de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Smart RJ Concessionária de Iluminação Pública SPE S.A. ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, em 14 de abril de 2025, às 10:00 horas, em primeira convocação, e às 11:00 horas, em segunda convocação, a ser realizada por vídeo conferência em plataforma digital, por meio de link a ser indicado e informado aos acionistas mediante solicitação via e-mail: gilberto@arcsinalizacao.com.br para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) aprovar a eleição de novos membros do Conselho de Administração da Companhia; b) aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia no que diz respeito às regras de convocação para Assembleias Gerais da Companhia, de forma a permitir que qualquer membro do Conselho de Administração possa convocar Assembleias Gerais, observados os prazos referidos sob a lei aplicável e sob o Estatuto Social da Companhia; e c) autorizar os administradores e/ou procuradores da Companhia a assinarem todos os documentos e praticarem todos os atos que venham a ser necessários para a implementação dos atos aprovados. **Instruções Gerais:** Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano e a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, conteúdo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja advogado ou, acionista ou administrador da Companhia (artigo 126, §1º da Lei das S.A. e artigo 654, §1º e §2º do Código Civil). Nos termos do artigo 135, §3º da Lei da S.A., os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Rio de Janeiro, 5 de abril de 2025. **Gilberto Andrade Farias** - Membro do Conselho de Administração; **Marcelo de Sampaio Doria** - Membro do Conselho de Administração. (05, 08 e 09/04/2025)

#### LICEU FRANCO BRASILEIRO S.A.

CNPJ nº 33.547.449/0001-23

#### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2025 em sua sede social à Rua das Laranjeiras, 5/11/13/15, Laranjeiras - Rio de Janeiro - RJ - às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2024; b) Deliberação sobre o resultado do exercício; c) Eleição da diretoria; d) Fixação dos honorários da diretoria; e e) Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2025. A Administração.

#### CEL PARTICIPAÇÕES S/A - CELPAR

CNPJ nº 02.201.787/0001-85

#### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2025 em sua sede social à Rua Maria Angélica, 310 - parte - Jardim Botânico - Rio de Janeiro - RJ, às 15:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2024; b) Deliberação sobre o resultado do exercício; c) Eleição da diretoria; d) fixação dos honorários da diretoria; e e) Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2025. A Administração

Eduardo Sirotsky Melzer - Presidente do Conselho de Administração

**CELAC**

# Lula propõe apoio unificado da AL a uma mulher para a ONU

FELIPE FRAZÃO/AE

O governo Luiz Inácio Lula da Silva propôs que os 33 países da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac) apoiem o nome de uma mulher como candidata única para o cargo de secretária-geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

O governo brasileiro já sugeriu a ideia aos demais países, e Lula vai pessoalmente tentar amarrar o compromisso de uma candidata unificada latino-americana, na semana que vem, durante a Cúpula da Celac em Tegucigalpa, Honduras.

A articulação não tem uma candidata pré-definida, mas alguns nomes com peso político são lembrados por diplomatas, entre elas a ex-presidente do Chile Michelle Bachelet e a primeira-ministra de Barbados, Mia Mottley.

No ano que vem, a ONU vai escolher uma nova liderança para suceder o português António Guterres. O Brasil entende que será o momento de uma figura latino-americana assumir o cargo mais importante da entidade, seguindo uma espécie de rodízio regional - um acerto informal. A unidade poderia dar mais peso político ao pleito, segundo a chancelaria brasileira.

"Nós estamos propondo que os países se unam para começar a trabalhar em torno de uma candidatura única, que nos dá maiores chances de fazer valer esse princípio da rotatividade", disse nesta quinta-feira, dia 4, a embaixadora Gisela Padovan, secretária de América Latina e Caribe do Itamaraty.

"Nós temos interesse em ver uma secretária-geral mulher, porque nunca houve, e há excelentes candidatas, não só a Mia Mottley. Ela é uma liderança importantíssima no Caribe. Eu adoraria por exemplo a Michelle Bachelet, e há outras mulheres da região em cargos relevantes e capacidade de liderança. O Brasil gostaria de ver além de um candi-

dato regional, também uma mulher. Mas está tudo em aberto. É um processo absolutamente preliminar."

A ideia é que a Cúpula da Celac aprove uma declaração especial em defesa da campanha conjunta por uma mulher para a Secretaria-Geral da ONU e outra sobre mulheres e segurança.

Em setembro do ano passado, Lula criticou durante seu discurso de abertura dos debates da Assembleia Geral a falta de uma mulher na chefia da ONU e também nos cargos diretos em geral. Todos os nove secretários-gerais foram homens desde a criação das Nações Unidas.

**RESISTÊNCIA**

No ano passado, visões conflitantes sobre o foco nas questões de gênero complicaram declarações conjuntas nas cúpulas do G20, da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Mercosul, como mostrou o Estadão.

A blitz conservadora foi liderada Argentina. Por isso, o Itamaraty já prevê que haja resistência de governos mais conservadores da região, sobretudo do libertário Javier Milei e alguns aliados em potencial. Ele conseguiu barrar ou desidratar declarações e iniciativas para fomentar a participação feminina ou mesmo discutir questões ligadas a mulheres.

Nesse sentido, diplomatas do Itamaraty já admitem que a Celac possa modificar o texto sugerido pelo Brasil, a fim de conseguir ao menos a defesa comum de uma candidatura unificada, ainda que de um homem - e que não "exclua" a possibilidade de ser uma mulher.

Segundo embaixadoras brasileiras, o texto de apoio é simples e bastaria uma decisão política dos demais países, mas alguns detalhes podem levar tempo, bem como a estratégia de campanha na ONU. Por isso a ideia de lançar uma posição conjunta de forma antecipada.

**GOLD CARD**

# Trump anuncia 'cartão ouro' de residência nos EUA, que custa US\$ 5 mi

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, apresentou o primeiro "gold card", ou "cartão ouro", um visto de residência no país que custará US\$ 5 milhões (cerca de R\$ 29 milhões). Trump mostrou um cartão físico dourado em conversa com jornalistas na quinta-feira passada.

"Ele estará disponível em cerca de menos de duas semanas, provavelmente. Bem animador, certo?", disse Trump. O presidente afirmou aos repórteres que ele é o primeiro comprador do cartão, e que não sabe quem será o segundo.

O cartão é dourado e possui uma ilustração de Trump em primeiro plano. Há ainda estrelas em volta das palavras "The Trump Card". Na apresentação, ele se referiu ao visto como "o cartão de Trump, o cartão dourado". Em outras ocasiões, o cartão já foi chamado de "o cartão ouro de Trump".

**O 'GOLD CARD'**

Em fevereiro, Trump disse que planejava criar o visto ouro como um caminho para a cidadania americana, possibilitando a residência legal permanente por um custo de US\$ 5 milhões. O "gold card" substituiria os vistos EB-5, criados pelo Congresso em 1990 para

gerar investimento estrangeiro. Esses vistos estão disponíveis para pessoas que gastam cerca de US\$ 1 milhão em uma empresa que emprega pelo menos 10 pessoas nos EUA.

O Secretário de Comércio, Howard Lutnick, disse que o cartão dourado aumentaria o preço de admissão para investidores e acabaria com a "fraude" e o "absurdo" que ele disse caracterizar o programa EB-5. Como outros green cards, ele incluiria um caminho para a cidadania.

Trump havia dito que o cartão seria para pessoas "ricas e bem-sucedidas", que gastam muito dinheiro, pagam muitos impostos e empregam muitas pessoas nos Estados Unidos. Porém, diferente do EB-5, para o "gold card" Trump não mencionou se haverá requisitos de criação de empregos.

"É algo como um green card, mas em um nível mais alto de sofisticação, é um caminho para a cidadania para as pessoas, e essencialmente pessoas ricas ou pessoas de grande talento, onde as pessoas ricas pagam para que essas pessoas talentosas entrem, o que significa que as empresas pagarão para que as pessoas entrem e tenham status de longo, longo prazo no país", disse o presidente dos EUA.

**CRIME NO BUTANTAN**

# Ladrão 'atropelado' que matou arquiteto se entrega

O Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) prendeu nesta sexta-feira, Hugo dos Santos Araújo, suspeito de atirar contra o arquiteto Jefferson Dias Aguiar durante uma fuga de roubo no Butantã, zona oeste de São Paulo, na terça-feira passada. O homem se apresentou à equipe responsável pela apuração do caso, segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP).

Araújo foi identificado pouco depois do homicídio por meio de imagens de câmeras de segurança, mas estava foragido.

Os policiais da 1ª Divisão de Investigações sobre Crimes contra o Patrimônio (Disccpat), do Deic, chegaram próximo de capturar o suspeito durante uma apuração sobre o seu paradeiro, mas ele conseguiu fugir na ocasião.

Segundo a SSP, ele decidiu se entregar. O objetivo da polícia agora é prender o segundo envolvido no crime, que dirigia a motocicleta que carregava Araújo. Ele também já foi identificado, mas está foragido.

A morte do arquiteto Jefferson Dias Aguiar aconteceu no começo da tarde da terça-feira,

na altura do número 64 da rua Desembargador Armando Fairbanks, no Butantã. Ele estava em uma caminhonete Montana quando viu uma mulher sendo assaltada por dois indivíduos em uma moto - eles teriam levado o celular e a aliança dela.

Logo em seguida, imagens de monitoramento mostram que o arquiteto atropelou um dos suspeitos, que seria Araújo. A polícia investiga se o atropelamento foi intencional ou um acidente.

Com o impacto da batida, Araújo caiu no chão, mas se levantou e efetuou três disparos

contra o arquiteto. Um dos tiros atingiu as costas da vítima, perto da região da nuca. Ele foi socorrido e levado ao Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (USP) em estado grave, mas não resistiu.

Conforme a Polícia Militar, a dupla praticava outros assaltos na região antes de disparar contra o arquiteto. Depois de cometer o crime, eles teriam conseguido escapar pulando o muro de um estacionamento, que fica ao lado de uma obra. Os autores abandonaram no local a motocicleta usada no assalto, uma Honda Titan azul.

**RODOVIA**

# Entrega de duplicação de trecho da Castello Branco é adiada

GIOVANNA CASTRO/AE

A entrega da duplicação do trecho inicial da Rodovia Castello Branco foi adiada para dezembro de 2026 pela CCR ViaOeste. A obra começou em outubro de 2022 e, na previsão inicial, segundo informado pela concessionária em 2023, seria concluída em março deste ano.

Ainda de acordo com a CCR, durante a execução das obras

das novas vias marginais, foram identificadas interferências não previstas, como redes de água, gás e esgoto, desapropriações adicionais "exigindo adequações no planejamento e ajustes no cronograma."

A concessionária deixou de gerenciar a rodovia após perder o leilão para a EcoRodovias na disputa pelo trecho. Apesar de não ser mais a responsável, ela tem a obrigação contratual de

concluir as obras previstas.

Atualmente, as frentes atuam nos segmentos viários, contenção, Obras de Arte Especiais (OAE) e remanejamento dessas interferências, com intervenções nos seguintes trechos:

Em nota, a CCR afirmou que reestruturou o cronograma, "prevendo entregas parciais conforme os trechos forem sendo liberados e conclusão total até dezembro de 2026."

As obras de ampliação das vias marginais da Rodovia Castello Branco (SP 280) têm como objetivo melhorar a fluidez do tráfego da região com o aumento da capacidade das vias, através da implantação de faixas adicionais e construção de pontes paralelas à Ponte Guilherme de Almeida, além de adequar os acessos à Alphaville e Barueri, facilitando o escoamento do tráfego.

**ASSALTO NO TIETÊ**

# Homem é morto a facadas em Parque Ecológico

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Um homem de 37 anos foi morto a facadas durante uma tentativa de assalto, na noite de quinta-feira passada, no Parque Ecológico do Tietê, no bairro Vila Santo Henrique, zona leste de São Paulo.

O homem caminhava por uma trilha, quando foi abordado por outro homem que tentou roubar seu celular. A vítima foi esfaqueada e chegou a ser socorrida, mas não resistiu. O suspeito, de 41 anos, foi preso em flagrante.

O local fica próximo à estação de trem Engenheiro Goulart, que estava fechada naquele horário. De acordo o registro policial, testemunhas relataram que o homem saiu do parque gritando que havia sido assaltado por um homem armado com uma faca. Ele apresentava ferimentos nos braços e nas pernas. A vítima chegou a descrever o agressor antes de desmaiar. A Polícia Militar foi acionada para atender a ocorrência. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública (SSP-SP), no local foi constatado que a vítima estava caminhando pela Via Parque, quando foi abordada pelo criminoso, que tentou roubá-lo. Na ação, o homem foi esfaqueado. A vítima foi socorrida pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), mas não resistiu aos ferimentos e morreu.

Em diligências, os PMs localizaram o autor do crime escondido em uma área de mata e o detiveram. Ele estava com as roupas sujas de sangue. Segundo a SSP, testemunhas o reconheceram como o autor do crime. O suspeito foi levado para a delegacia e permaneceu à disposição da Justiça. O caso foi registrado como tentativa de roubo no 24º Distrito Policial, na Ponte Rasa.

**LATROCÍNIOS**

A capital paulista teve alta de 23,2% nos latrocínios em 2024, com 53 vítimas no período. Em janeiro deste ano, este crime desacelerou, e, em fevereiro, manteve a tendência de queda. Mas uma onda de crimes violentos - incluindo em bairros de classe média alta, como Pinheiros, na zona oeste, e Itaim-Bibi, na zona sul - tem assustado os paulistanos, co-

mo mostra o Radar da Criminalidade, ferramenta exclusiva do Estadão.

Em fevereiro, a médica Marília Dalprá, de 67 anos, sofreu uma tentativa de assalto ao sair para caminhar no Parque Continental, zona oeste.

**HOCHUAN PARTICIPAÇÕES LTDA**  
CNPJ/MF nº. 03.418.850/0001-00 - NIRE: 3521580882  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA DE SÓCIOS

Os sócios da Hochuan Participações Ltda estão convocados, nos termos do art. 1152, § 3º e do art. 1.072, §1º do Código Civil, para Assembleia Presencial a ser realizada no dia 11 de abril de 2025, às 10h30, na Consultax, situada na Alameda Santos, 1787, 3º andar, Cerqueira César, São Paulo, CEP 01419-906, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I) Alteração do endereço da sede; II) Alteração das regras da administração; III) Alteração das regras da distribuição dos lucros; IV) Alteração do quadro societário, com o ingresso de sócios herdeiros; V) Consolidação do Contrato Social em decorrência das alterações dos itens anteriores. São Paulo, 03 de abril de 2025.

**BENJAMIN LI MIN TING**  
Sócio Administrador

**MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A**  
CNPJ/MF Nº 04.743.858/0001-05 - NIRE 35300633377

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2024**

LOCAL E HORA: Sede social situada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1629, 1º Andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP nº 04547-006, às 10:00 horas. QUORUM: Presentes os Srs. acionistas representando a totalidade do capital social. MESA: Presidência da Sra. Maria Abreu do Valle e secretariada pelo Sr. Vinícius Leite Correa. CONVOCAÇÃO: Publicação dispensada nos termos do art. 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404 de 15/12/76. ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Deliberar sobre a proposta de alteração da administração da companhia. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: Submetida aos acionistas a proposta quanto a alteração da administração da companhia, a mesma foi aprovada por unanimidade. Diante disso, altera-se o Capítulo IV do Estatuto Social da companhia, passando o mesmo a ter a seguinte redação: "CAPÍTULO IV: ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - Art. 22: A companhia será administrada pela Diretoria que será composta por no mínimo 03 (três) e no máximo 07 (sete) membros, pessoas naturais, residentes no país, acionistas ou não, sendo um deles Diretor Presidente, dois Diretores Superintendentes e os demais Diretores Operacionais. Art. 23: O prazo da gestão dos membros da Diretoria é de 02 (dois) anos, admitida a reeleição. § 1º: O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos administradores eleitos. § 2º: Os membros da Diretoria são dispensados da prestação de garantia de gestão. Art. 24: Nos seus impedimentos ou ausências temporárias ou faltas, o Diretor Presidente será substituído por um Diretor Superintendente. O substituto acumulará o cargo do substituído e, do, inclusive no direito de voto na Diretoria. Art. 25: Em caso de vacância de cargo na Diretoria, será convocada Assembleia Geral, nos 10 (dez) dias seguintes, para prover o cargo vago, e o substituto eleito exercerá o cargo pelo prazo remanescente do mandato do substituído. Parágrafo Único: Até o preenchimento, pela Assembleia Geral, do cargo vago na Diretoria, observar-se-á o disposto no artigo anterior. Art. 26: A investidura dos membros da Diretoria far-se-á mediante termo lavrado no livro próprio. Parágrafo Único: Na hipótese de reeleição, os membros da Diretoria serão empossados pela Assembleia Geral, independentemente de qualquer outra formalidade. Art. 27: Os honorários dos membros da Diretoria serão fixados, anualmente e em valor global, pela Assembleia Geral, cabendo a Diretoria decidir sobre a distribuição deste valor entre seus mem bros. Art. 28: A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, em lugar por ela fixado, convocada pelo Diretor Presidente ou pelos 2 (dois) Diretores Superintendentes, mediante aviso por escrito, com breve exposição da ordem do dia, entregue aos demais membros com no mínimo 20 (dez) dias de antecedência, mas esse prazo poderá ser dispensado quando estiverem presentes todos os seus membros, e os ausentes estiverem representados por outro membro ou tiverem concordado por escrito com essa dispensa. Parágrafo único: Suas deliberações serão consignadas em ata, lavradas no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Art. 29: Compete ao Diretor Presidente: (a) Representar a companhia em juízo, inclusive para receber citação ou notificação e prestar depoimento pessoal, podendo delegar, por escrito, essa competência a outro membro da Diretoria; (b) Orientar os demais membros da Diretoria no exercício de suas funções. Art. 29-B: Compete ao Diretor Presidente e aos Diretores Superintendentes: (a) Definir os planos gerais da política administrativa e financeira da sociedade; (b) Alienar, onerar ou hipotecar, gravar ou dar em garantia bens sociais; (c) Deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, tudo dentro do limite legal; (d) Emissão de ações da companhia; (e) Fimar compromissos e contratos, inclusive os de locação de bens móveis e imóveis, ou de serviços; (f) Assinar atos e documentos que importem na assunção de obrigações, aceite, aval, compra e venda de ações e quotas sem limite; (g) Abrir, movimentar ou encerrar contas-corrente junto às instituições financeiras, públicas ou privadas, emitir e endossar cheques, notas promissórias, ou títulos de crédito, descontar duplicatas, cheque ou títulos; (h) Assinar todos e quaisquer documentos, públicos ou particulares; Art. 29-C: Compete aos Diretores Operacionais: (a) Exercer, orientar ou decidir sobre as atividades e atribuições profissionais dos engenheiros e dos arquitetos; (b) Gerenciar e orientar sobre o planejamento ou projeto de obras, serviços, estruturas, transportes, e desenvolvimento da produção industrial, dentre outros; (c) Gerenciar e orientar estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica; (d) Direção de obras e serviços técnicos; (e) Gerenciar e orientar sobre a execução de obras e serviços técnicos; Art. 30: Os membros da Diretoria terão amplos poderes de gestão de todos os negócios para a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da companhia, inclusive os de contrair obrigações, celebrar contratos, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar aval e fiança, constituir ônus sobre bens da companhia, transigir e renunciar a direitos, sendo que, em todos os atos ou instrumentos que criem ou modifiquem obrigações da companhia, esta será sempre representada por dois Diretores em conjunto, observando-se a seguinte composição: (a) Diretor Presidente e um Diretor Superintendente; (b) 2 (dois) Diretores Superintendentes; § 1º: Os mandatários ad negotia serão constituídos por procuração com prazo ou termo prefixado, assinada por dois Diretores em conjunto, composto pelo Diretor Presidente e um Diretor Superintendente, ou por um desses Diretores, em conjunto com um procurador constituído por dois membros da Diretoria. § 2º: Os instrumentos de mandato ad judicia deverão ser assinados por dois Diretores em conjunto, composto pelo Diretor Presidente e um Diretor Superintendente, ou por um desses Diretores, em conjunto com um procurador constituído por dois membros da Diretoria. § 3º: A abertura, movimentação e extinção de contas de depósitos bancários poderão ser feitas mediante assinaturas de dois Diretores, composto pelo Diretor Presidente e um Diretor Superintendente, ou por um desses Diretores, com um procurador com poderes especiais, ou por dois procuradores com poderes especiais, sendo sempre os procuradores nomeados por dois membros da Diretoria, composto pelo Diretor Presidente e um Diretor Superintendente. § 4º: O endosso de cheque para depósitos em conta corrente da companhia em estabelecimentos bancários poderá ser efetuado mediante assinaturas de dois Diretores, composto pelo Diretor Presidente e um Diretor Superintendente, de um desses Diretores com um procurador com poderes especiais, ou por dois procuradores com poderes especiais, sendo sempre os procuradores nomeados por dois membros da Diretoria, composto pelo Diretor Presidente e um Diretor Superintendente. § 5º: Nas reuniões ou Assembleias Gerais da sociedade de que seja sócio ou acionista, a companhia será representada por qualquer dos membros da Diretoria, ou por procurador com poderes especiais, sendo sempre os procuradores nomeados por dois membros da Diretoria, composto pelo Diretor Presidente e um Diretor Superintendente". ENCERRAMENTO: Facultada a palavra a quem dela quisesse fazer uso, ninguém se manifestou, razão pela qual a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, foi esta Ata, lida e aprovada, assinada por todos os acionistas presentes. São Paulo, 10 de junho de 2024. Atesto que a presente Ata é cópia fiel extraída do original que se encontra transcrito no livro próprio. Esta Ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 01/07/2024, sob o número 257.558/24-0.